

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 034/2024****Processo de Compras nº: 3164/2024****Repartição Interessada: Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARADIDÁTICO SEGURANÇA ESCOLAR E EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO.
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE
Recebimento das propostas até: 02/09/2024 ÀS 09:00 HORAS
Abertura das propostas: 02/09/2024 ÀS 09:30 HORAS
Início da sessão de disputa de preços: 02/09/2024 ÀS 10:00 HORAS
Sistema eletrônico utilizado: BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL - BLL
MODO DE DISPUTA: ABERTO
COORDENAÇÃO DO PROCESSO: AGENTE DE CONTRATAÇÃO: DOUGLAS MENEZES SOUZA

Informações e o edital em sua íntegra estão disponíveis no site: www.ribeiraopires.sp.gov.br e www.bll.org.br

ADVERTÊNCIA

O Município da Estância Turística de Ribeirão Pires/SP, **ADVERTE**, à todas as licitantes interessadas, que não está hesitando em penalizar pessoas jurídicas que descumpram com o pactuado.

Portanto, as pessoas jurídicas interessadas na participação desta licitação deverão apresentar durante a sessão suas propostas e lances de forma clara e consciente, com a certeza de que poderão cumprir com o fornecimento do objeto, da forma como foi determinado em edital e dentro do(s) prazo(s), preço(s) e padrão(ões) de qualidade exigido(s).

Vale alertar que os pedidos de realinhamento/reequilíbrio de preços são exceções à regra, e são destinados sempre a situações excepcionalíssimas, onde somente serão deferidos, se em total consonância com a Lei e desde que solicitado tempestivamente.

Ratificamos então, para que as propostas sejam efetivadas de forma séria e consciente, evitando redução de preço se não tiver a plena certeza do cumprimento integral com o pactuado, visando evitar problemas futuros, tanto para o Município como para as contratadas.

Vale observar também que esse processo se trata de “sistema de Registro de Preços”, onde decorrerá do mesmo instrumento, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, em caso de necessidade de rescisão do termo de compromisso por culpa do COMPROMISSÁRIO será observado os ditames dos artigos da Lei em epígrafe.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

1. PREÂMBULO

1.1. Tornamos público que, por autorização do Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, Sr. Sandro Torres Amante acha-se aberta, nesta Prefeitura, LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, a qual será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 7460/2023 e processada em conformidade com as disposições deste edital e seus anexos.

1.2. A sessão de lances, por via eletrônica, será realizada a partir **das 10:00 horas do dia 2 de setembro de 2024**, no seguinte endereço eletrônico: www.bll.org.br.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, credenciado na função de Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento dos dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas utilizado pela administração direta, constante na página da internet da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, disponível no endereço www.bll.org.br.

Constituem anexos do presente Edital e dele fazem parte integrante os seguintes documentos:

ANEXO I – Modelo de Proposta contendo planilha de quantidades estimadas que deverá ser apresentada pela proponente;

ANEXO II – Referência de Preços;

ANEXO III – Termo de Referência;

ANEXO IV - Modelo de Declaração de Condição de ME ou EPP;

ANEXO V – Modelo de Declaração Unificada;

ANEXO VI – Minuta de Compromisso de Fornecimento;

ANEXO VII – Termo de Ciência e Notificação.

3. DO OBJETO

3.1. O presente Pregão eletrônico tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARADIDÁTICO SEGURANÇA ESCOLAR E EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO**, conforme descrição constante dos anexos, que integram o edital em todos os seus termos e condições.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos;

4.2. Os lotes constantes do Anexo I deste Edital, serão destinados à ampla concorrência, podendo participar todas e quaisquer empresas, inclusive as que estejam enquadradas como Microempreendedor Individual, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

4.3. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadre em uma ou mais das situações a seguir:

4.3.1. Estejam constituídos sob a forma de consórcio;

4.3.2. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, §1º e artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3.3. Estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;

4.3.4. Tenham em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

4.3.5. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.6. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.7. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.8. Pessoas Físicas;

4.3.9. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por ato do Poder Público e não reabilitadas;

4.3.10. Empresas que estejam cumprindo sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar aplicadas por órgãos que integram a Administração direta e indireta do Município de Ribeirão Pires/SP.

4.4. A apresentação das propostas dar-se-á, via Internet, no endereço eletrônico: www.bll.org.br, sendo criptografadas, automaticamente, pelo sistema e mantidas em sigilo até a respectiva abertura.

4.5. Ao acessar o Sistema Eletrônico utilizando-se da senha que lhe permitirá participar desta licitação, o licitante, deverá assinalar a declaração, sob as penalidades da lei, de que:

I. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende todas as despesas que incidirem sobre o objeto licitado, tais como: encargos diretos e indiretos, impostos e taxas, frete e a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

II. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

III. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; e

IV. Responsabiliza-se pela origem e procedência dos bens e qualidade dos serviços que cotar;

V. Atende as exigências, principalmente, quanto às condições de pagamento indicadas pelo Município;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

VI. Cumpre as Normas de Trabalho Decente do Ministério do Trabalho e Emprego e por fim que;

VII. Cumpre as condições estabelecidas no artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

VIII. A falsidade da declaração de que trata o item 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133 de 2021, e neste Edital.

4.6. A participação no pregão eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

4.7. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.8. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para o envio da proposta, atentando também para a data e horário de início da disputa.

4.9. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5. CREDENCIAMENTO

5.1. As empresas licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da Sessão Pública via internet;

5.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site **www.bll.org.br**;

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal, única e exclusiva do licitante ou de seu representante legal, e na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

5.4. Maiores informações sobre o credenciamento poderão ser obtidas pelo telefone (41) 3097-4646 (Central de Atendimento) e (41) 99264-7677; e-mail: contato@bll.org.br.

5.5. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou a Comissão de Pregão, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

5.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

6. CONEXÃO COM O SISTEMA

6.1. A participação no pregão dar-se-á por meio de conexão do licitante ao sistema eletrônico acima citado, mediante digitação de sua senha (nos termos do item 05 deste edital) e subsequente encaminhamento da Proposta Comercial por meio do referido sistema eletrônico, observados datas e horários limites estabelecidos neste edital, por meio do sistema eletrônico da BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

6.1.1. Deverá apresentar o valor unitário com centavos de no máximo 03 (três) casas decimais após a vírgula e valor total, em moeda corrente nacional, incluindo, obrigatoriamente, todas as

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

despesas com encargos sociais, tributos, descontos, frete, emolumentos, impostos, despesas diretas e indiretas em geral e demais condições de fornecimento que seja devida em decorrência, direta e indireta, do fornecimento do objeto desta licitação.

6.1.1.1. Será desclassificada a proposta que não ofertar todos os itens que compõe o lote.

6.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.2.1 Quando a marca do produto identificar o licitante, **DEVERÁ** o mesmo usar a indicação **“Marca Própria”**.

6.2.2. Fica vedado ao licitante qualquer tipo de identificação, no sistema eletrônico, sob pena de desclassificação da empresa no certame, pelo Agente de Contratação.

6.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema;

6.5. O comparecimento ao site do representante legal da LICITANTE é imprescindível em todas as sessões pertinentes a este certame licitatório;

6.5.1. A ausência do representante legal da licitante nos horários e datas marcadas no CHAT MENSAGENS, implicará na aceitação por parte do representante legal ausente, de todas e quaisquer decisões tomadas pelo Agente de Contratação e aceitas pelas licitantes presentes.

6.6. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.7. O Agente de Contratação, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.8. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Agente de Contratação aos participantes.

7. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELA EMPRESA VENCEDORA

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, exigidos no edital.

7.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. A proposta devidamente readequada com o valor final da fase de lances, deverá ser emitida com os itens ofertados:

a) as **ESPECIFICAÇÕES** do produto ofertado, que deverá atender no mínimo ao especificado no ANEXO I do Edital;

b) o **VALOR UNITÁRIO** e o **VALOR TOTAL** de cada ITEM cotado, de acordo com as exigências e condições de pagamento estabelecidas no presente processo;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

c) a MARCA/FABRICANTE, de cada ITEM cotado;

d) a razão social da empresa, número do CNPJ/MF, endereço, telefone/Fax, e-mail, nome do banco e da agência e número da conta corrente, o nome do representante da empresa, número do telefone e e-mail para contato.

7.4. A proposta do **ITEM** será composta de 3 (três) preços: produto; encargos e entrega.

7.5. A empresa deverá conferir os valores finais na plataforma da BLL, os quais devem ser idênticos ao valor da proposta readequada.

7.6. O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias**, contados da emissão da respectiva fatura.

7.6.1. Para fins de pagamento, haverá retenção de ISS, conforme legislação vigente no Município, em como IRF e INSS, nos casos que couber respeitados os dispositivos legais.

7.6.2. A critério da Administração, o pagamento poderá ser efetuado através de cheque nominal emitido pela Prefeitura, que deverá ser retirado no setor de Tesouraria da Secretaria de Finanças e Administração, sito a Rua Miguel Prisco, 288, Centro, prédio do Paço Municipal, Ribeirão Pires – SP ou depositado em conta bancária do interessado, que deverá fornecer seu número por escrito.

7.6.3. Prazo de validade da proposta, que não poderá ser **inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da abertura do Pregão. Não sendo indicado o prazo de validade, fica subentendido como de 60 (sessenta) dias.

7.6.3.1. Caso haja o vencimento da validade da proposta sem que a licitação tenha sido homologada, adjudicada e o contrato assinado, esta fica automaticamente prorrogada, exceto se houver manifestação contrária formal do licitante, solicitada através do e-mail: licitacao.sag@ribeiraopires.sp.gov.br e dirigida ao Agente de Contratação, caracterizando seu declínio em continuar na licitação.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei (art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.8. Toda e qualquer representação numérica da proposta de preços, seja monetária (R\$), taxas e/ou percentuais (%), deverão ser apresentadas obrigatoriamente em algarismos arábicos, grafados sob a forma decimal e somente com até **02 (dois) dígitos após a vírgula**, unitário e total, com nível de precisão **“TRUNCAR”**, desprezando-se as cifras significativas posteriores, a fim de evitar possíveis erros de arredondamento.

8. DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

8.1. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal/trabalhista, conforme Item 9.4 deste Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Eventual interposição de recurso contra a decisão que declara o vencedor do certame não suspenderá o prazo supracitado.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

8.3. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

8.4. A falsidade quanto ao atendimento dos requisitos para os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.

9. DA DOCUMENTAÇÃO PARA A COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA.

9.1. A documentação relativa à Habilitação Jurídica consistirá em:

9.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.2. A documentação relativa à qualificação técnica consiste em:

9.2.1. Atestados (s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, atestando que a licitante fornece ou já forneceu material(is) equivalente(s) em especificação(ões) com o objeto da presente licitação e que a mesma não possui nada que desabone sua capacidade de fornecimento.

9.2.1.1. A comprovação de aptidão para desempenho de atividades pertinente e compatível em características com o objeto da licitação será feita através da apresentação de um ou mais atestado (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado de que já prestou ou presta

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

satisfatoriamente serviço da mesma natureza ou similar ao objeto aqui licitado, contendo os serviços considerados como parcelas de maior relevância dentro da execução do objeto a ser contratado.

9.2.1.2. Para fins da comprovação de que trata o parágrafo anterior, os atestados poderão fazer referência a CONTRATOS executados com as características do objeto ora licitado, devendo, ainda, conter: nome/razão social do atestante, seu CNPJ, endereço completo, telefone, descrição do serviço prestado, e afirmação de que a Empresa executou corretamente os serviços pertinentes, atendendo a todas as condições contratuais.

9.2.1.3. Não será aceito o Atestado de Capacidade Técnica subscrito pela própria Licitante.

9.2.2. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.2.4. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.2.5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.2.6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.2.7. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123 de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.2.10. As empresas licitantes deverão **apresentar declaração** (ANEXO V) sob as penas da lei, assinada pelo representante legal, de que:

- a) inexistem impedimentos para contratar com a Administração Pública municipal.
- b) cumpre o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.
- c) quem assinará o termo de compromisso na hipótese de sagrar-se vencedor, conforme modelo do TCE:

Pelo COMPROMISSÁRIO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Data de Nascimento: ____/____/_____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____

d) Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/2021).

e) está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei Federal nº 13.709/2018;

f) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

g) DECLARA que o cálculo do valor da contratação considera taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado;

9.3. A documentação relativa à Regularidade Econômica - Financeira consiste em:

9.3.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei Federal nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.3.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.3.2.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.4. A documentação relativa à Regularidade Fiscal consiste em:

9.4.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste edital;

9.4.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Quanto à Dívida Ativa da União e de Quitação de Tributos e Contribuições Federais), abrangendo inclusive as contribuições sociais (INSS);

9.4.4. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Tributários Inscritos e/ou não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de domicílio ou sede da licitante;

9.4.1.5. Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal (contendo no mínimo regularidade para os tributos mobiliários);

9.4.6. Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

9.5. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas.

9.6. O Certificado de Registro Cadastral vigente junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, substitui os documentos de Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista e Regularidade Econômica-Financeira.

9.7. Quando a licitante for empresa estrangeira, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

9.8. Nesse caso, a licitante deverá ter representante residente e domiciliado no País, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando os instrumentos de mandato com os documentos de habilitação.

9.9. Todos os documentos exigidos aos licitantes poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração, ou publicado em órgão da imprensa oficial.

9.10. Todos os documentos apresentados deverão estar em nome do licitante com o nº do CNPJ e endereço respectivo. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz; se o licitante for a matriz e a prestadora de serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial simultaneamente.

9.11. Não serão aceitos documento cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

9.12. Nas certidões e demais documentos emitidos por órgãos ou instituições de direito público, será considerado como prazo de validade o limite da data expresso no próprio documento. Na ausência, somente serão considerados como válidos os documentos emitidos em até 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura dos envelopes.

9.13. Os licitantes cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, deverão apresentar o CRC, estão dispensados da apresentação dos documentos relativos à habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, com suas validades vigentes. Documentos vencidos deverão ser enviados juntos para comprovação.

9.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput).

9.15. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

9.16. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

9.16.1. O disposto no subitem 9.15 será excepcionado se for definido em edital, que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que a verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.17. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

10. PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

10.1. Para participação neste pregão eletrônico, a empresa deverá estar credenciada na BLL - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, conforme o item 5 deste edital, no qual encaminhará, por meio eletrônico, utilizando senha privativa, a proposta eletrônica item 6.

10.2. Das **16:00 horas do dia 20/08/2024 até às 09:00 horas do dia 02/09/2024**, os interessados poderão incluir ou substituir propostas no sistema eletrônico.

10.3. O Agente de Contratação analisará as propostas eletrônicas encaminhadas, desclassificando aquelas que não estiverem em consonância com o estabelecido neste edital e seus anexos, em especial aquelas que estiverem acima do valor máximo estipulado em edital.

10.3.1. Serão desclassificadas as propostas, conforme estabelecido no art. 59 da Lei Federal 14.133/2021, que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

VI - A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

10.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.6. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.

10.7. Encerrada a análise das propostas, com a justificativa das desclassificações ocorridas, o sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.8. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

10.9. Classificadas as propostas, **às 10:00 horas do dia 2 de setembro de 2024**, iniciar-se-á a fase de lances, na qual os autor das propostas classificadas poderão oferecer lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sem restrições de quantidade de lances ou de qualquer ordem classificatória ou cronológica específica, mas sempre inferior à proposta de menor preço. A cada lance ofertado, o participante será imediatamente informado de seu

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

recebimento, respectivo horário de registro e valor, pressupondo-se a necessidade de estarem as empresas conectadas ao sistema eletrônico.

10.9.1. A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico:

- a) Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, ou inferiores ao do último valor apresentado pelo próprio licitante ofertante, observada, em ambos os casos, a **redução mínima no valor de R\$ 100,00 (cem reais)**, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro lance formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 2 (dois) ou mais lances do mesmo valor;

10.9.2. Caso o lance vencedor esteja acima do valor estimado, o licitante será convocado, pelo “chat” do sistema, para negociar o valor do lance, e, em caso de não atendimento à convocação dentro do prazo estipulado pelo Agente de Contratação, de no mínimo 15 (quinze) minutos, o licitante poderá ser desclassificado do certame, sendo convocado o próximo colocado para a negociação. Tal regra será aplicada subsequente, e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de empresa que atenda proposta e a este Edital e seus anexos.

10.10. Após o encerramento da etapa de lances, o Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observando o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

10.11. Quando houver uma única licitante ou uma única proposta válida, caberá ao Agente de Contratação verificar a aceitabilidade do preço ofertado.

10.12. Na hipótese de haver lances iguais, prevalecerá como de menor valor o lance que tiver sido primeiramente registrado.

10.13. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

10.14. Durante o transcurso da sessão de lances os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará os autores dos lances aos demais participantes.

10.15. Por iniciativa do Agente de Contratação será dado início a etapa de envio de lances na sessão pública que durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.15.1. A etapa de lances da sessão pública será encerrada pelo fechamento com prorrogação automática de 2 (dois) minutos. Ou seja, caso ocorra algum lance dentro desse período de 2 (dois) minutos, automaticamente haverá uma prorrogação por igual período de 2 (dois) minutos, e assim sucessivamente até que se esgotem os lances.

10.16. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances. Os licitantes deverão consultar regularmente o sistema eletrônico para verificar o resultado da licitação.

10.17. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 04 (quatro) horas, sob pena de inabilitação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

10.18. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.19. Neste caso, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da solicitação do Agente de Contratação, via sistema.

10.20. Na hipótese de inabilitação ou de descumprimento de exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, caberá ao Agente de Contratação, convocar o autor do segundo menor lance e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam às exigências deste edital e seus anexos.

10.21. Declarado o licitante vencedor, o Agente de Contratação consignará esta decisão e os eventos ocorridos em ata própria, que será disponibilizada pelo sistema eletrônico, e o processo será encaminhado à autoridade competente para homologação e adjudicação.

10.22. A qualquer momento, a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, poderá desclassificar licitantes, sem que lhes caiba qualquer indenização, caso tenha conhecimento de fato que desabone a idoneidade, a capacidade financeira, técnica ou administrativa, inclusive incorreções que venham a ser detectadas na documentação ou na proposta.

10.23. Durante a análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação realizará consulta para a verificação de eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Corregedoria Geral da União (CGU), através do endereço eletrônico www.portaltransparencia.gov.br/ceis/, aplicando, se o caso o disposto no artigo 1º será impressa e arquivada nos autos do processo administrativo;

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio de consulta ao site www.cnj.jus.br;

10.23.1. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condições de participação.

11. DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

11.1. Encerrada a etapa de lances e negociação, a licitante vencedora provisoriamente deverá anexar na plataforma da BLL os documentos de habilitação, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de desclassificação de sua proposta.

11.2. Encerrada a etapa de lances e negociação e o prazo de envio da documentação, o Agente de Contratação (a) examinará a proposta de preços classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade dos preços em relação ao estimado para a contratação e atendimento do item 09 e subitens do edital.

11.2.1. Caso não ocorra lances deverá ser verificado o valor estimado dos bens e a especificação técnica prevista.

11.2.2. A Prefeitura poderá não aceitar e não adjudicar o item cujo preço total seja superior ao estimado para a contratação.

11.3. Se a proposta de preços não for aceitável ou se a licitante não atender as exigências habilitatórias, o Agente de Contratação examinará a proposta de preços subsequentes e, assim

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

sucessivamente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

11.4. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

11.5. Atendidas as especificações do edital, estando habilitada a licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o Agente de Contratação declarará a (s) empresa (s) vencedora (s) do (s) respectivo (s) lote (s).

11.6. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à Sessão Pública do PREGÃO ELETRÔNICO constarão em Ata divulgada no Sistema Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

11.7. A exigência dos documentos de habilitação somente serão demandados, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

11.7.1. Os documentos deverão, se possível, ser apresentados ordenadamente, numerados sequencialmente por subitem da habilitação, de modo a facilitar sua análise, e agilizar os trabalhos da comissão.

11.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

11.8.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

11.8.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

11.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12. DO RECURSO

12.1. A interposição de recurso, deverá observar o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.1.1. Ao final da Sessão Pública, a licitante que desejar recorrer das decisões do Agente de Contratação, poderá fazê-lo, manifestando sua intenção, no prazo de 10 (dez) minutos, utilizando, exclusivamente, de campo próprio disponibilizado no Sistema Eletrônico, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.1.2. Os memoriais contendo as razões de recurso, deverão ser apresentados no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou lavratura da ata, os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais terão início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

12.2. O Sistema não admitirá recursos e contrarrazões interpostos após os respectivos prazos legais, bem como não serão conhecidos aqueles que não forem enviados por meio do Sistema Eletrônico de Compras.

12.2.1. Uma exceção ao item 12.2 será quando o sistema estiver inoperante e ainda estiver dentro do prazo de recurso, quando será aceito somente pelo e-mail do Agente de Contratação, e com comprovação de resposta de recebimento.

12.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

12.3.1. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento.

13 - ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

14. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

14.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, se o caso, na forma de anexo, o registro:

14.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

14.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

14.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

14.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, na seguinte hipótese:

14.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no edital;

14.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

14.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

14.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15. DO REGIME DE PREÇOS

15.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

c) resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

16. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

16.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a unidade gestora da Ata de Registro de Preços (ARP) convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

16.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

16.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, a unidade gestora da ARP convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

16.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, a unidade gestora da ARP procederá o cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

16.1.4. Caso haja a redução do preço registrado, e houverem contratos firmados, será avaliada a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

16.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

16.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela unidade gestora da ARP e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 23.1, sem prejuízo das sanções previstas no Edital, na Lei Federal nº 14.133 de 2021, e na legislação aplicável.

16.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, a unidade gestora da ARP convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

16.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, a unidade gestora da ARP procederá o cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do item 23.3, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

16.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 16.2 e no item 16.2.1, a unidade gestora da ARP atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

16.2.6. A unidade gestora da ARP comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

17. DO REAJUSTE

17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado;

17.2. Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, ultrapassados os 12 (doze) meses da data do orçamento estimado, e mediante o requerimento expresso da contratada os preços poderão ser reajustados, obedecendo o seguinte critério:

- a) Fica eleito o IPC/FIPE, como índice geral de preços básicos a ser utilizado, como segue:
- b) Na eleição do índice (observada a variação de 12 meses): - Um mês de retroação da data base (mês do orçamento); - Um mês de retroação da incidência.
- c) A incidência do reajuste contratual dar-se-á no 13º (décimo terceiro) mês, contado da data do orçamento estimado e assim sucessivamente.
- d) Fica reservado ao Município o direito de efetuar pesquisa de mercado para fins de avaliação de preços.
- e) Em decorrência da avaliação da pesquisa de mercado, o Município poderá deferir, deferir parcialmente ou indeferir o pleiteado, mediante ato devidamente fundamentado.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

18.1. A licitante classificada nos termos da presente licitação será convocada para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, assinar a Ata de Registro de Preços (**Anexo VI**) do lote registrado. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, desde que solicitado por escrito pela adjudicatária durante seu transcurso e que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

18.2. A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ou em cumprir as AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO dela oriundos no prazo fixado na convocação específica caracterizará inadimplência das obrigações decorrentes desta licitação, sujeitando-a as penalidades previstas neste Edital (e seus anexos) e na legislação vigente.

18.2.1. Ocorrendo essa hipótese, o processo retornará ao Agente de Contratação, que convocará os licitantes e procederá ao exame das demais propostas, bem como da habilitação de seus ofertantes, segundo a ordem da classificação, até que uma proposta atenda integralmente, ao edital, sendo o seu autor declarado vencedor e convocado para assinar a Ata de Registro de Preços.

18.3. As obrigações decorrentes deste Pregão Eletrônico consubstanciar-se-ão em Ata de Registro de Preços, cuja Minuta é parte integrante do presente Edital.

18.4. O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, prorrogável por até igual período, nos termos do Decreto Municipal nº 7460/2023 e desde que comprovado o preço vantajoso mediante pesquisa mercadológica.

18.5. A Administração não estará obrigada a adquirir os materiais/serviços, objeto deste Pregão Eletrônico, do detentor da Ata de Registro de Preços, resguardado o seu direito de preferência em caso de igualdade de condições.

18.6. O(s) preço(s) unitário(s) a ser(em) registrado(s) será(ao) aquele(s) ofertado(s) pela(s) respectiva(s) Adjudicatária(s), após a etapa de lances do presente Pregão Eletrônico.

18.7. É vedado ao licitante vencedor transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do termo de compromisso;

19. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/2021:

19.1.1. Dar causa à inexecução parcial do Termo de Compromisso;

19.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

19.1.3. Dar causa à inexecução total do Termo de Compromisso;

19.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;

19.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

19.1.5.1. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.1.5.2. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

19.1.5.3. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

19.1.6. Não celebrar o Termo de Compromisso ou não entregar a documentação exigida para a contratação, ou instrumento que lhe substitua quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.1.7. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação sem motivo justificado;

19.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

19.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

19.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

19.1.10.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

19.1.10.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

19.1.10.3. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

19.1.10.4. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846 de 2013;

19.2. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133 de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

19.2.1. advertência;

19.2.2. impedimento de licitar e contratar;

19.2.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.2.4. multas:

19.2.4.1. multa de 10% (Dez por cento) sobre a parcela remanescente, no caso de inexecução parcial do Termo de Compromisso;

19.2.4.2. multa de 1% (Um por cento), por dia de atraso, sobre o valor correspondente à entrega que estiver em desacordo com os prazos estipulados, até o limite de 10% (dez por cento);

19.2.4.3. multa de 20% (Vinte por cento) sobre o valor total do Termo de Compromisso, no caso de sua inexecução total;

19.2.4.4. multa de 10% (Dez por cento) sobre o valor do Termo de Compromisso ou do item correspondente, no caso de constatação, pelo Município, de que o material fornecido é diverso das especificações e/ou de má qualidade; e

19.2.4.5. multa de 20% (Vinte por cento) sobre o valor total do Termo de Compromisso, no caso de recusa injustificada em assinar/receber o Termo de Compromisso.

19.2.4.6. As multas são independentes entre si; a aplicação de uma, não exclui a aplicação das outras, bem como das demais penalidades previstas em lei, observado o limite máximo de 30% do total do Termo de Compromisso licitado ou celebrado.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

19.2.4.7. O valor relativo às multas, eventualmente aplicadas, será deduzido dos pagamentos que o Município efetuar, mediante a emissão de Guia de Arrecadação Municipal – GAM. No caso de impossibilidade, será o valor inscrito na Dívida Ativa, para cobrança judicial.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

19.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

19.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

19.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

19.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

19.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

19.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 19.1.4, 19.1.5 e 19.1.10, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 19.1.8, 19.1.9, 19.1.10, 19.1.10.3 e 19.1.10.4, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.1.4, 19.1.5 e 19.1.10 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.8. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização, será de responsabilidade da Secretaria Requisitante, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

19.11. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

19.12. As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação;

b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração Pública.

19.13. Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021.

20. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

20.1. O registro do licitante vencedor será cancelado pela unidade gestora da ARP quando:

20.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

20.1.2. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

20.1.3. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.2. Na hipótese do inciso IV, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, e caso não seja a unidade gestora da ARP o responsável pela aplicação da sanção, poderá a unidade gestora da ARP, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços.

20.2.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens: 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3 será formalizado por despacho da unidade gestora da ARP, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

20.3. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

20.3.1. por razão do interesse público;

20.3.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou

20.3.3. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. As decisões relativas a esta licitação serão comunicadas por meio do endereço eletrônico www.bll.org.br.

21.2. As despesas decorrentes do presente Compromisso de Fornecimento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da seguinte Natureza de Despesa: 3.3.90.30.00 do

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Orçamento da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires correspondente ao exercício de 2024 e exercício vindouro.

21.3. Não serão levados em consideração os documentos e propostas que não estiverem de acordo com as condições deste edital e seus anexos, quer por omissão, quer por discordância.

21.4. Os proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de documentos e propostas.

21.5. O Agente de Contratação poderá, no interesse da PMETRP em manter o caráter competitivo desta licitação, relevar omissões puramente formais nos documentos e propostas apresentadas pelos licitantes. Poderá também realizar pesquisa na Internet, quando possível, para verificar a regularidade/validade de documentos ou fixar prazo aos licitantes para dirimir eventuais dúvidas. O resultado de tal procedimento será determinante para fins de habilitação.

21.6. Na contagem dos prazos estabelecidos no presente edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á do vencimento, e considerar-se-á dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos aqui referidos em dia de funcionamento da PMETRP.

21.7. A licitante vencedora e seus sucessores se responsabilizarão por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título, venham causar à imagem da PMETRP e/ou terceiros, em decorrência da execução indevida do objeto da licitação.

21.8. Decairá do direito de solicitar esclarecimentos e informações ao presente edital o interessado que não se manifestar até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data da sessão do pregão, o que caracterizará aceitação de todos os seus termos e condições. Qualquer manifestação posterior que venha a apontar falhas ou irregularidades que o viciariam não terá efeito de recurso perante a Administração.

21.8.1. As solicitações de esclarecimentos e Informações poderão ser encaminhadas via e-mail através do endereço: licitacao.sag@ribeiraopires.sp.gov.br.

21.8.2. Até 03 (três) dias úteis antes data fixada para realização da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, no e-mail: licitacao.sag@ribeiraopires.sp.gov.br; ou inseridos no portal da BLL: www.bll.org.br, ou pessoalmente na Gerencia de Suprimentos, sito na Rua Miguel Prisco, 288, Paço Municipal, Centro, Ribeirão Pires – S.P., com CEP nº 09400-110, no horário das 08:00 às 17:00 horas dos dias úteis.

21.8.2.1. Pessoa Jurídica: as impugnações deverão vir acompanhadas de documento que comprove a capacidade jurídica do signatário da impugnação, em representar a impugnante. Quando os documentos forem cópias, as mesmas deverão vir devidamente autenticadas.

21.8.2.2. Pessoa Física: a impugnação deverá estar acompanhada dos documentos pessoais (RG, CPF, comprovante de residência). Quando os documentos forem cópias, as mesmas deverão vir devidamente autenticadas.

21.8.2.3. Caso a impugnação não vir acompanhada dos documentos constantes nos itens 21.8.2.1 e 21.8.2.2, a mesma não será recebida, ou quando o caso, julgada sem apreciação do mérito.

21.8.2.4. Caberá ao Agente de Contratação, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação do prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

21.8.2.5. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

21.9. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

21.10. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

21.11. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.12. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

21.13. Independentemente de declaração expressa, a apresentação de proposta comercial e de documentos implica a aceitação plena e total das condições e exigências deste edital e seus anexos, a veracidade e autenticidade das informações constantes na proposta comercial e documentos apresentados e, ainda, a inexistência de fato impeditivo à participação da empresa, bem como de que deverá declará-lo quando ocorrido.

21.14. O Agente de Contratação poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, solicitar aos licitantes, por escrito, informações adicionais sobre a proposta comercial e as documentações apresentadas. O não atendimento da solicitação no prazo estabelecido poderá, a critério do Agente de Contratação, implicar desclassificação do licitante.

21.15. Todas as referências a horário neste edital consideram o horário de Brasília-DF.

21.16. Com exceção da proposta eletrônica, não serão aceitos documentos e propostas em meio magnético.

21.17. A PMETRP se reserva o direito de revogar unilateralmente esta licitação, a qualquer momento, não cabendo aos licitantes quaisquer direitos, vantagens ou reclamações, a que título for.

21.18. É facultada ao Agente de Contratação ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originalmente dos envelopes.

Ribeirão Pires, 19 de agosto de 2024.

DOUGLAS MENEZES SOUZA
Agente de Contratação

SANDRO TORRES AMANTE
Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA E PLANILHA DE QUANTIDADES ESTIMADAS

À

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2024

A empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., inscrição estadual nº, estabelecida à Av./Rua, nº, bairro....., na cidade de, telefone....., fax, vem pela presente apresentar anexa sua proposta de preços para **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARADIDÁTICO SEGURANÇA ESCOLAR E EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO**, conforme descrição constante dos anexos.

1 - Os preços ofertados têm como referência o prazo para pagamento em até 30 (dias) dias, contados da emissão da nota fiscal. Nos preços estão inclusas todas as despesas com o fornecimento, encargos e todas as demais despesas e/ou descontos que porventura possam recair sobre o fornecimento.

2 - O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da abertura dos envelopes "PROPOSTA".

3- O prazo máximo para entrega do mobiliário é de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento enviada pela Prefeitura.

4 - Apresentamos, conforme exigido, nossos dados bancários:

NOME DO BANCO Nº

NOME DA AGÊNCIA Nº

NÚMERO DA CONTA

Local, ____ de _____ de 2024.
(assinatura do responsável pela empresa)
Nome/Cargo

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**ANEXO III****TERMO DE REFERÊNCIA****1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto deste termo de referência, a formação de registro de preço para futura e eventual aquisição de MATERIAL PARADIDÁTICO TRANSDISCIPLINAR COM FOCO NA SEGURANÇA NO AMBIENTE ESCOLAR (LOTE 1), MATERIAL PARADIDÁTICO TRANSDISCIPLINAR COM FOCO NA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO (LOTE 2) E MATERIAL PARADIDÁTICO TRANSDISCIPLINAR COM FOCO NA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA (LOTE 3), para o desenvolvimento de políticas públicas em educação nas unidades escolares de Educação Infantil e Ensino Fundamental da rede municipal de Ribeirão Pires.

1.2. A ata de registro de preço resultante desse certame licitatório terá validade de 12 (Doze) meses, a partir da sua publicação e assinatura com instrumento contratual prorrogável respeitado os dispositivos do Art. 84º da Lei Federal 14.133/2021.

2. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. Registro de preço para futura e eventual Aquisição de MATERIAL PARADIDÁTICO TRANSDISCIPLINAR COM FOCO NA SEGURANÇA NO AMBIENTE ESCOLAR (LOTE 1), MATERIAL PARADIDÁTICO TRANSDISCIPLINAR COM FOCO NA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO (LOTE 2) E MATERIAL PARADIDÁTICO TRANSDISCIPLINAR COM FOCO NA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA (LOTE 3), conforme quantitativo, especificações e valores que estão descritos a seguir:

2.1.1. Especificações do objeto do Lote 1 - MATERIAL PARADIDÁTICO TRANSDISCIPLINAR COM FOCO NA SEGURANÇA NO AMBIENTE ESCOLAR.

LOTE 01					
Item	Código	Descrição	Unid	Quant.	Preço médio unitário
01		Material paradidático para alunos do 2º ao 5º ano do ensino fundamental anos iniciais (7 a 10 anos), com foco em promover a segurança escolar de forma a criar um ambiente mais acolhedor, seguro e produtivo. Utilizará linguagens adequadas à faixa etária, incluindo materiais audiovisuais e livros físicos. O conteúdo, apresentado por meio de histórias envolventes com personagens e situações reais, abordará temas essenciais como rota	Unid.	1.970	

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

		<p>de fuga, proteção pessoal, segurança física, bem-estar mental e emocional, além de enfatizar a importância da empatia.</p> <p>Composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Material de alta qualidade e durável, garantindo que a solução possa ser usada ao longo do ano letivo sem desgaste excessivo. - Os livros impressos deverão ter o formato fechado mínimo de 20,5 x 27,5 cm, capa 4/4, miolo 4/4 e mínimo de 40 páginas. - Material de audiovisual formativo e estimulador, complementar de leitura, em idioma português e duração de 10 a 15 minutos ou elemento similar, desde que compatível com a descrição da solução, conforme as necessidades da demanda pedagógica. - Acesso a um ambiente virtual com recursos como: ebook, oficinas, tutoriais, videoaulas, matrizes das imagens para as montagens, entre outros. 			
02		<p>Material paradidático para alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental anos finais (11 a 14 anos), com foco em segurança escolar para tornar o ambiente educacional mais seguro, agradável e propício ao aprendizado cognitivo. Será empregado através de linguagens audiovisuais e materiais escritos. A parte escrita, utilizando storytelling com personagens envolventes e situações reais, abordará segurança física, bem-estar mental e emocional, conscientização sobre fake news, bullying, procedimentos de segurança, planos de segurança e emergência, solidariedade e empatia.</p> <p>Composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Material de alta qualidade e durável, garantindo que a solução possa ser usada ao longo do ano letivo sem desgaste excessivo. - Os livros impressos deverão ter o formato fechado mínimo de 20,5 x 27,5 cm, capa 4/4, miolo 4/4 e mínimo de 40 páginas. - Material de audiovisual formativo e estimulador, complementar de leitura, em idioma português e duração de 10 a 15 minutos ou elemento similar, desde que compatível com a descrição 	Unid.	997	

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

		da solução, conforme as necessidades da demanda pedagógica. - Acesso a um ambiente virtual com recursos como: ebook, oficinas, tutoriais, videoaulas, matrizes das imagens para as montagens, entre outros.			
03		Material paradidático para a família dos alunos do 2º ao 9º ano do ensino fundamental, com foco em segurança escolar para tornar o ambiente educacional mais seguro, agradável e propício ao aprendizado cognitivo. Será empregado através de linguagens audiovisuais e materiais escritos. A parte escrita, utilizando storytelling com personagens envolventes e situações reais, abordará segurança física, bem-estar mental e emocional, conscientização sobre fake news, bullying, procedimentos de segurança, planos de segurança e emergência, solidariedade e empatia. Composto de: - Material de alta qualidade e durável, garantindo que a solução possa ser usada ao longo do ano letivo sem desgaste excessivo. - Os livros impressos deverão ter o formato fechado mínimo de 20,5 x 27,5 cm, capa 4/4, miolo 4/4 e mínimo de 40 páginas. - Material de audiovisual formativo e estimulador, complementar de leitura, em idioma português e duração de 10 a 15 minutos ou elemento similar, desde que compatível com a descrição da solução, conforme as necessidades da demanda pedagógica. - Acesso a um ambiente virtual com recursos como: ebook, oficinas, tutoriais, videoaulas, matrizes das imagens para as montagens, entre outros.	Unid.	2.967	

2.1.1.1. O material paradidático em projeto integrador de Segurança na escola visa a atender alunos do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental e respectivas famílias, totalizando 5.934 (cinco mil, novecentos e trinta e quatro) unidades.

2.1.1.2. Quanto as especificações técnicas e físicas, a solução paradidática em projeto integrador de Segurança na escola deve se atentar às exigências específicas listadas a seguir.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

2.1.1.2.1 Para todo o conteúdo físico (livro e o que mais couber), sugere-se uma solução produzida em alta qualidade e durável, garantindo que possa ser usada ao longo do ano letivo sem desgaste excessivo, afinal, com conteúdo interdisciplinar, há a expectativa de utilização constante dos materiais, o que leva à exigência de um produto durável para o longo do ano letivo.

2.1.1.2.2. O texto escrito e ilustrativo precisa apresentar linguagem clara, criativa, envolvente, motivacional, contextualizada e coerente com a faixa etária, dada a seriedade da temática.

2.1.1.2.3. Especificação indicada para o livro físico: dimensões mínimas de 205mm x 275mm (fechado), conforme padrão adotado pelo Ministério da Educação, atendendo às especificações do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), confeccionado em papel couché fosco ou outro material equivalente, gramatura mínima de 115g nas páginas de miolo, com número de páginas de no mínimo 40 e gramatura mínima de 170g na capa, impressão em policromia 4/4 e grampo do tipo canoa para acabamento.

2.1.1.2.3.1. Considerando a temática e a exigência de uma narrativa envolvente e conscientizadora para o material conceitual (físico e e-book), exige-se um quantitativo mínimo de páginas que permitam o desenvolvimento das discussões articulando itens diversos da linguagem escrita e ilustrativa.

2.1.1.2.4. Quando no formato digital (e-book), o material conceitual deve ser compatível com um Sistema Operacional (Linux, Windows e/ou Android).

2.1.1.2.5. Especificação indicada para material audiovisual complementar, quando for curta-metragem: formato MP4, MOV, AVI, ou outro formato amplamente suportado pela maioria dos reprodutores de vídeo e plataformas de distribuição; resolução mínima de 1080p (1920 x 1080 pixels); áudio com uma trilha sonora de alta qualidade, com mixagem de áudio adequada e diálogos claros (se houver); iluminação, fotografia e edição precisas e eficazes, garantindo narrativa coesa e fluída e adequada à faixa etária a que se destina o material; duração mínima de 10 minutos e máxima de 20 minutos; ficha técnica contendo criação e roteiro, direção, direção de fotografia, produção, elenco e edição.

2.1.1.2.5.1. O material complementar em audiovisual deverá proporcionar uma experiência visual e estimulantes complementar à leitura e estudo dos demais materiais.

2.1.1.3. Quanto às especificações pedagógicas, a solução paradidática em projeto integrador de Segurança na escola deve se atentar às seguintes exigências específicas: formação de alunos, professores e familiares para agir diante de situações de risco no ambiente escolar, abordando temas e componentes como Segurança Escolar, Violência, Saúde Física, Mental e Emocional, Conscientização e Prevenção, Empatia e Cooperação; linguagem, organização de conteúdo e profundidade técnica adequadas às diferentes faixas etárias e perfis a que se destina, com objetivo de sensibilizar, informar e capacitar crianças, jovens e familiares para o enfrentamento

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

à violência no ambiente escolar e para a construção de ambientes de aprendizagens e comportamentos pessoais e coletivos mais seguros e saudáveis; alinhamento adequado à legislação e aos documentos norteadores da educação, desenvolvendo diferentes competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); diferentes estratégias de aprendizagem, tornando a temática envolvente e garantindo o cumprimento da sua função social e educativa. (atividades individuais como leitura e escrita; atividades em grupo como roda de conversa, trabalho em grupo); alinhamento aos princípios de uma educação integral e inclusiva, que preza pelo bem-estar de todos os envolvidos no ambiente escolar, apresentando compreensão profunda de que a educação vai além da transmissão de conteúdo, sendo ela um processo holístico que visa ao pleno desenvolvimento de cada indivíduo, incluindo sua segurança física, emocional e social; adoção de uma abordagem preventiva e integrada de segurança como esforço coletivo, rompendo com abordagens tradicionais, e propondo uma educação inovadora, lúdica, tecnológica e comprometida com um ambiente escolar seguro e inspirador.

2.1.1.4. A solução paradidática em projeto integrador de Segurança na escola deve ser embalada um a um em plástico termo encolhível. É preciso conter a identificação do fabricante e a faixa etária a que se destina.

2.1.1.5. A embalagem deve apresentar projeção eficiente, facilitando a distribuição e protegendo os materiais durante o transporte.

2.1.1.6. Para garantir a execução do objeto, exige-se guia didático e/ou suporte de apoio para o trabalho pedagógico a ser desenvolvido nas redes de ensino, garantindo que seu uso potente atenda aos seus objetivos e às necessidades das políticas públicas em educação e da gestão.

2.1.1.7. Para complementar a solução e abranger diferentes recursos formativos, exige-se plataforma digital crossbrowser, ou seja, funciona perfeitamente para todos os navegadores, como ambiente virtual para apoio ao programa, contendo tutoriais e videoaulas, e-books, filme (curta-metragem) e orientações didáticas.

2.1.1.7.1. O ambiente virtual será constantemente atualizado com novos conteúdos pedagógicos.

2.1.1.8. Quanto ao conteúdo normativo, a solução paradidática em projeto integrador de Segurança na escola deve se atentar aos documentos: O direito da criança e da educação previsto na Constituição Federal (1998) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990); Os princípios educativos previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e na Base Nacional Comum Curricular (2017); Os pilares de uma cultura de paz previstos no Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz e Não-Violência.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

2.1.2. Especificações do objeto do Lote 1 - MATERIAL PARADIDÁTICO TRANSDISCIPLINAR COM FOCO NA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO.

LOTE 02					
Item	Código	Descrição	Unid	Quant.	Preço médio unitário
01		<p>Material paradidático para alunos da educação infantil (5 anos) até ensino fundamental anos iniciais (6 a 10 anos), com foco na educação para o trânsito, trazendo situações do cotidiano e envolvimento de competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em prol do desenvolvimento integral da criança, com abordagem de competências como leitura e escrita, protagonismo, inclusão, raciocínio lógico, consciência humana e social.</p> <p>Composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Material com diagramação e programação visual de alta qualidade de resolução, adequado às metodologias propostas para a faixa etária. - Manual de instruções para o jogo interativo. - Um jogo interativo desplugado com seus respectivos itens (a depender do tipo de jogo), ou elemento similar, desde que complemente o material escrito e seja compatível com a descrição da solução conforme as necessidades da demanda pedagógica. 	Unid.	4.565	
02		<p>Material paradidático para alunos do ensino fundamental anos finais (11 a 14 anos), regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA), com foco na educação para o trânsito, com situações do cotidiano e envolvimento de competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em prol do desenvolvimento integral da criança, com abordagem de temas transversais como meio ambiente, cidadania e direitos humanos, competências como protagonismo, raciocínio lógico, consciência humana e social, inclusão.</p> <p>Composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Material com diagramação e programação visual de alta qualidade de resolução, adequado às metodologias propostas para a faixa etária. - Manual de instruções para o jogo interativo. - Um jogo interativo desplugado com seus respectivos itens (a depender do tipo de jogo), ou elemento similar, desde 	Unid.	997	

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

		que complemente o material escrito e seja compatível com a descrição da solução conforme as necessidades da demanda pedagógica.			
--	--	---	--	--	--

2.1.2.1. O material paradidático em projeto integrador de Educação para o Trânsito visa a atender demandas de alunos da pré-escola da Educação Infantil até o 9º ano do Ensino Fundamental, totalizando 5.562 (cinco mil, quinhentos e sessenta e duas) unidades.

2.1.2.2. Quanto às especificações técnicas e físicas, a solução paradidática em projeto integrador de Educação para o Trânsito deve se atentar às exigências específicas listadas a seguir.

2.1.2.2.1. Para todo o conteúdo físico (livro, manual e material complementar quando couber), sugere-se uma solução produzida em alta qualidade e durável, garantindo que possa ser usada ao longo do ano letivo sem desgaste excessivo, afinal, com conteúdo interdisciplinar, há a expectativa de utilização constante dos materiais, o que leva à exigência de um produto durável para o longo do ano letivo.

2.1.2.2.2. O texto escrito e ilustrativo precisa apresentar linguagem clara, coerente, criativa, lúdica e contextualizada.

2.1.2.2.3. Especificação indicada para o livro e manual: dimensões mínimas de 205mm x 275mm (fechado), conforme padrão adotado pelo Ministério da Educação, atendendo às especificações do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), confeccionado em papel couché fosco ou outro material equivalente, gramatura mínima de 115g nas páginas de miolo, com número de páginas de no mínimo 28 e gramatura mínima de 170g na capa, impressão em policromia 4/4 e grampo do tipo canoa para acabamento.

2.1.2.2.4. Especificação indicada para o jogo, quando for de tabuleiro: formato de tabuleiro dobrável nas dimensões 43,5cm x 28,5cm (aberto) impresso em policromia, em papel couché ou material equivalente com gramatura mínima de 170g, com aplicação de verniz off set para proteção, empastado em papelão de no mínimo 1,0 mm de espessura. O verso do tabuleiro deverá ter outra folha com impressão em policromia 4/4 de no mínimo 170g para dar melhor acabamento não deixando exposto a face do papelão. Deverá conter um semi corte no meio exato do tabuleiro para facilitar a dobradura do mesmo e ser acondicionado na caixa acima citada.

2.1.2.2.4.1. É imprescindível que o material complementar não apresente nenhuma dependência de internet ou de recursos tecnológicos digitais, podendo ser acessível como material concreto para todo e qualquer contexto social, econômico e cultural.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

2.1.2.2.4.2. Elementos para a gamificação da proposta educativa, quando for jogo de tabuleiro: 01 (um) dado, com dimensões mínimas de 14mm x 14mm, fabricado em resina de poliéster ou material equivalente; 04 (quatro) peões, com altura mínima de 25mm e base redonda de no mínimo 10mm de diâmetro, fabricados em polipropileno (PP) atóxico, em cores diversas; no mínimo, 100 cartas de perguntas e respostas, fabricadas em papel couché ou outro material similar, gramatura mínima de 210g, impressão em policromia 4/4.

2.1.2.2.5. Especificação indicada para a caixa da solução paradidática em projeto integrador de Educação para o Trânsito: elementos didáticos em caixa organizadora com sinalizadores de trânsito impressos internamente em um berço de apoio com 2 vincos e parte do meio rebaixada impresso em papel Triplex com gramatura mínima de 300g em policromia. A caixa será formada por duas partes separadas (tampa e fundo) que se encaixam perfeitamente entre si para fechamento; formato da caixa retangular com dimensões mínimas de 36,5cm x 25,5cm x 5,1cm, composta por papel cartão duplex de gramatura mínima 250g ou material semelhante com impressão policromia e acabamento com verniz off set de proteção. A parte impressa deverá estar acoplada a uma base de papelão do tipo onda “e” para garantir a rigidez e durabilidade da caixa. Tais especificações atribuídas para a caixa também devem ser obedecidas para a produção do seu fundo.

2.1.2.3. Quanto às especificações pedagógicas, a solução paradidática em projeto integrador de Educação para o Trânsito deve se atentar às seguintes exigências específicas: abordagem das competências gerais da BNCC trabalhando direta e indiretamente, o desenvolvimento de competências para a emancipação do indivíduo por meio da formação escolar, contemplando habilidades como: Interpretação, Comunicação eficaz, Empatia, Relacionamentos interpessoais, Autoconhecimento, Pensamento criativo, Pensamento crítico, Resolução de problemas, Tomada de decisões, Manejo das emoções e do estresse; sensibilização para a adoção de comportamentos seguros e responsáveis no trânsito, incluindo a valorização da vida, o respeito às regras e às sinalizações, a empatia com os demais usuários e a consciência dos riscos envolvidos; promoção do debate acerca da importância da mobilidade sustentável, incentivando o uso de meios de transporte mais sustentáveis, como a caminhada, o uso de bicicletas e o transporte público, visando à redução do congestionamento e da poluição; adoção de linguagem criativa e desafiadora, contendo problemas cotidianos do trânsito e buscando construir o aprendizado e instigar o raciocínio lógico bem como o debate de temas atuais, de forma que os alunos sensibilizados se tornem multiplicadores dos conhecimentos adquiridos, seja na escola, em casa ou na sua comunidade; reflexão acerca da infraestrutura acessível em vias públicas, calçadas, faixas de pedestres, cruzamentos e demais elementos do ambiente de trânsito, que devem ser projetados e adaptados para garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência.

2.1.2.3.1. O material deve atender as particularidades dos dois níveis, com metodologia e linguagem adequadas para a faixa etária.

2.1.2.3.2. De maneira adequada à faixa etária, minimamente, a solução paradidática em projeto integrador de Educação para o Trânsito precisa abordar os seguintes tópicos do Código Brasileiro de Trânsito: a) Pedestres—orientações quanto à travessia na faixa de pedestres e ao uso da calçada (art. 69 do CTB); b) Ciclistas—orientações quanto ao uso dos equipamentos de

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

segurança e à correta circulação de bicicletas nas vias (art. 58 do CTB); c) Cinto de segurança – ênfase na obrigatoriedade e importância do uso do cinto de segurança pelo condutor e pelos passageiros (art. 167 do CTB); d) Condutor – orientações quanto à observância dos limites de velocidade (art. 43 do CTB) e quanto às regras para o transporte seguro de crianças (Resolução nº 277/08 do CONTRAN), informações sobre as penalidades impostas ao condutor que dirigir sob influência de álcool (art. 165 do CTB), dicas e orientações quanto aos cuidados indispensáveis à segurança (art. 169 do CTB), informações sobre as penalidades impostas ao condutor que avançar o sinal vermelho (art. 208 do CTB), orientações ao condutor quanto aos riscos de dirigir o veículo utilizando-se de telefone celular (art. 252 do CTB), etc.; e) Motociclista – orientações, conforme art. 244 do CTB, quanto ao uso dos equipamentos de segurança pelo condutor e pelo passageiro, quanto ao transporte de crianças (idade mínima permitida) e quanto à importância de conduzir o veículo com os faróis acesos; f) Trânsito e cidadania – conscientização quanto ao uso das regras de convivência no trânsito, estimulando o respeito mútuo entre os usuários da via e mostrando como é possível contribuir para que haja maior segurança.

2.1.2.2.3. O material para gamificação da proposta didático-pedagógica interdisciplinar sobre educação para o trânsito deverá conter: regras do jogo; livro ou cartilha ou revista com atividades temáticas variadas relacionadas ao tema trânsito, associadas ao funcionamento do jogo, de modo a atrair logo de início a atenção das crianças ou adolescentes, para a utilização do material; cartas com perguntas e respostas acerca das regras e das principais situações cotidianas do trânsito.

2.1.2.2.3.1. Sugere-se que a gamificação permita a participação de até 04 (quatro) jogadores, sendo que o tempo de duração estimado de cada partida deverá ser de 30 a 40 minutos, favorecendo, diretamente, o desenvolvimento da competência geral da BNCC, Empatia e Cooperação, já que também é papel da escola exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, ao mesmo tempo em que fortalece uma aprendizagem ativa, onde os alunos participam ativamente na construção do conhecimento.

2.1.2.4. A solução paradidática em projeto integrador de Educação para o Trânsito deve ser embalada um a um em plástico termo encolhível. Na caixa é preciso ter a identificação do fabricante e da faixa etária a que se destina.

2.1.2.5. Para qualificar a equipe pedagógica para o uso potente da solução, exige-se formação continuada presencial e/ou on-line de no mínimo 16 horas, para multiplicadores das redes de ensino, com enfoque na apresentação da solução paradidática em projeto integrador de Educação para o Trânsito e na metodologia de projetos.

2.1.2.6. Para apoio à Secretaria Municipal de Educação durante a implantação da solução, exige-se assessoria pedagógica para execução do projeto.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

2.1.2.7. Quanto ao conteúdo normativo, a solução paradidática em projeto integrador de Educação para o Trânsito deve se atentar aos documentos. O direito da criança e da educação previsto na Constituição Federal (1998) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990); Os princípios educativos previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e na Base Nacional Comum Curricular (2017); A educação para um trânsito seguro conforme prevê o Código de Trânsito Brasileiro (Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997).

2.1.3. Especificações do objeto do Lote 1 - MATERIAL PARADIDÁTICO TRANSDISCIPLINAR COM FOCO NA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA.

LOTE 03					
Item	Código	Descrição	Unid	Quant.	Preço médio unitário
01		Material paradidático MAKER sobre animais para Educação Infantil. Projeto MAKER que faça um convite repleto de aventuras e curiosidades para o aluno. Passear por um zoológico aprendendo que, grandes ou pequenos, todos os animais são importantes e precisamos preservar e cuidar. Sejam animais domésticos ou selvagens, cada espécie tem suas características especiais. O aluno deverá ter a oportunidade de reproduzir animais colocando a “mão na massa” com a aprendizagem MAKER, para conhecer o curioso mundo animal, desenvolvendo competências artísticas, sociais, comunicativas e linguísticas	Unid.	2.092	
02		Material paradidático sobre conscientização a partir do Cuidar e do Brincar para Educação Infantil. Projeto que leve o aluno a refletir sobre a importância do “cuidar” e “brincar”, com atividades que reforcem a necessidade de ser cuidadoso com o que comer, vestir ou com o lugar onde se está. De forma dinâmica, deve identificar que o “cuidar” e o “brincar” estão presentes na vida da criança, desenvolvendo competências artísticas, socioemocionais, de raciocínio lógico, comunicativas e linguísticas.	Unid.	2.092	
03		Material paradidático sobre natureza para Educação Infantil	Unid.	2.092	

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

		Projeto que trabalhe com a valorização, a compreensão e o respeito à natureza. Através de recursos tecnológicos, deve desenvolver a atitude de cuidados com os seres vivos e a preservação do meio ambiente, observando o cuidado com os animais e com a água. O projeto possibilita deve possibilitar às crianças, por meio de experiências diversificadas, a vivência de diversas formas de expressão e linguagens, desenvolvendo competências artísticas, socioemocionais, comunicativas e linguísticas.			
04		Material paradidático sobre a família e sobre si para Educação Infantil. Projeto que objetive reconhecer a importância de cada pessoa da família, por meio de ferramentas de softwares de criação de desenho e construção de ambientes. O aluno deve ser levado a construir diversas formas de refletir e compartilhar suas descobertas sobre si, desenvolvendo competências artísticas, sociais, comunicativas, científicas e linguísticas.	Unid.	2.092	
05		Material paradidático sobre a ação de respeitar para 1º ano do Ensino Fundamental. Projeto que faça um convite ao ato de respeitar. Respeito aos idosos, às leis de trânsito, aos animais e à preservação da natureza como reflexões centrais. Através de recursos lúdicos e das ferramentas tecnológicas, deve estimular o fortalecimento de valores como amizade, cooperação e solidariedade e enfatizar a preservação, respeitando a diversidade, desenvolvendo competências artísticas, socioemocionais, comunicativas e linguísticas.	Unid.	503	
06		Material paradidático sobre a ação de valorizar para 1º ano do Ensino Fundamental. Projeto que faça um convite ao ato de valorizar. O aluno deverá aprender a valorizar o espaço escolar e seus profissionais. O	Unid.	503	

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

		projeto deve estimular a valorização da saúde, da leitura e das diferenças, incentivando o convívio com o grupo e, através das ferramentas tecnológicas, favorecer edição de textos, criação de cartões e produção de uma revista, desenvolvendo competências artísticas, socioemocionais, comunicativas e linguísticas.			
07		Material paradidático sobre a ação de compartilhar para 1º ano do Ensino Fundamental. Projeto que faça um convite ao ato de compartilhar. O tema base deste projeto deve reconhecer as diferentes expressões culturais populares. Cada experiência precisa ser valorizada de forma atrativa e criativa, por meio das ferramentas tecnológicas, levando o aluno a desenvolver atividades de construção de imagens, cartões e histórias em quadrinhos incentivando a solidariedade na comunidade em que vive, desenvolvendo competências artísticas, sociais, comunicativas e linguísticas.	Unid.	503	
08		Material paradidático MAKER sobre animais para 1º ano do Ensino Fundamental. Projeto MAKER que faça um convite repleto de aventuras e curiosidades para o aluno. Passear por um zoológico aprendendo que, grandes ou pequenos, todos os animais são importantes e precisamos preservar e cuidar. Sejam animais domésticos ou selvagens, cada espécie tem suas características especiais. O aluno deverá ter a oportunidade de reproduzir animais colocando a “mão na massa” com a aprendizagem MAKER, para conhecer o curioso mundo animal, desenvolvendo competências artísticas, sociais, comunicativas e linguísticas.	Unid.	503	
09		Material paradidático MAKER sobre a aprendizagem como diversão para 2º ano do Ensino Fundamental Projeto MAKER que aborde o	Unid.	550	

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

		aprender, o brincar, o criar e o inovar, ajudando a enriquecer a aprendizagem, desenvolvendo habilidades essenciais, expressão, experimentação e trabalho compartilhado. Neste projeto os alunos deverão aprender como funciona um circuito elétrico e como utilizá-lo em várias construções divertidas e criativas propostas ao longo da aprendizagem, desenvolvendo competências artísticas, lógicas, matemáticas e linguísticas.			
10		Material paradidático sobre a ação de valorizar para 2º ano do Ensino Fundamental. Projeto que faça um convite ao ato de valorizar. O aluno deverá aprender a valorizar o espaço escolar e seus profissionais. O projeto deve estimular a valorização da saúde, da leitura e das diferenças, incentivando o convívio com o grupo e, através das ferramentas tecnológicas, favorecer edição de textos, criação de cartões e produção de uma revista, desenvolvendo competências artísticas, socioemocionais, comunicativas e linguísticas.	Unid.	550	
11		Material paradidático sobre a ação de compartilhar para 2º ano do Ensino Fundamental. Projeto que faça um convite ao ato de compartilhar. O tema base deste projeto deve reconhecer as diferentes expressões culturais populares. Cada experiência precisa ser valorizada de forma atrativa e criativa, por meio das ferramentas tecnológicas, levando o aluno a desenvolver atividades de construção de imagens, cartões e histórias em quadrinhos incentivando a solidariedade na comunidade em que vive, desenvolvendo competências artísticas, sociais, comunicativas e linguísticas.	Unid.	550	
12		Material paradidático sobre a evolução do trânsito para 2º ano	Unid.	550	

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

		do Ensino Fundamental Projeto que destaque a evolução dos meios de transporte e a importância da segurança no trânsito. O aluno deverá conhecer a linha evolutiva dos meios de transporte e, também, ser um conhecedor e divulgador das regras do trânsito seguro, aprendendo com atividades lúdicas através do uso das ferramentas tecnológicas que proporcionarão a produção de animações, criação de imagens e material publicitário para a conscientização da comunidade escolar, desenvolvendo competências investigativas, artísticas, sociais, geográficas e científicas.			
13		Material paradidático MAKER sobre a aprendizagem como diversão para 3º ano do Ensino Fundamental. Projeto MAKER que aborde o aprender, o brincar, o criar e o inovar, ajudando a enriquecer a aprendizagem, desenvolvendo habilidades essenciais, expressão, experimentação e trabalho compartilhado. Neste projeto os alunos deverão aprender como funciona um circuito elétrico e como utilizá-lo em várias construções divertidas e criativas propostas ao longo da aprendizagem, desenvolvendo competências artísticas, lógicas, matemáticas e linguísticas.	Unid.	485	
14		Material paradidático sobre contação de histórias para 3º ano do Ensino Fundamental. Projeto que estimule a contação de histórias, a socialização e a convivência em grupo incentivando o aluno a utilizar conhecimentos das linguagens (oral, escrita e visual). O aluno precisará vivenciar a cidadania ao aplicar ferramentas tecnológicas	Unid.	485	

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

		na produção de cartões e atividades interativas digitais, desenvolvendo competências artísticas, comunicativas, espaciais, históricas e linguísticas.			
15		Material paradidático sobre o universo das Artes para 3º ano do Ensino Fundamental. Projeto que aborde o universo da arte. O aluno deverá ser convidado a participar de um sarau solidário envolvendo a comunidade numa corrente do bem criando peças teatrais, poesias, paródias e releitura de obras de arte através do uso das ferramentas tecnológicas, desenvolvendo competências artísticas, comunicativas, históricas e linguísticas.	Unid.	485	
16		Material paradidático sobre o contexto da fazenda para 3º ano do Ensino Fundamental. Projeto que leve os alunos ao universo da fazenda, onde irão conhecer os animais e toda a importância que o campo tem em nosso dia a dia. Deverá, ainda, oportunizar o desenvolvimento de uma campanha de conscientização da sustentabilidade, utilizando recursos tecnológicos para estimular a criatividade e reforçar o aprendizado, criando boletins informativos, slides, gráficos e planilha eletrônica, desenvolvendo competências artísticas, comunicativas, históricas, geográficas, lógicas e linguísticas.	Unid.	485	
17		Material paradidático MAKER sobre trânsito para 4º ano do Ensino Fundamental Projeto MAKER que aborde a conscientização sobre o trânsito seguro como responsabilidade de	Unid.	472	

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

		<p>todos. Os alunos deverão aprender que pequenas ações podem ter um grande impacto na prevenção de acidentes e na preservação de vidas. Por meio do MAKER e da Lógica de Programação, o projeto também precisa oportunizar o uso de circuito elétrico em papel para a criação de maquete, além de cartões sobre o trânsito de forma divertida e criativa, desenvolvendo competências lógicas, artísticas, matemáticas, sociais, científicas e linguísticas.</p>			
18		<p>Material paradidático sobre Códigos Scratch Animação para 4º ano do Ensino Fundamental</p> <p>Projeto que apresente instruções de programação e o comportamento dos objetos. O aluno deverá ser estimulado a criar o roteiro, os personagens e cenários, dentre outros elementos, e programá-los para gerar sua animação de forma divertida e criativa, desenvolvendo competências lógicas, artísticas, matemáticas, sociais, científicas e linguísticas.</p>	Unid.	472	
19		<p>Material paradidático sobre Quadrinhos para 4º ano do Ensino Fundamental. Projeto que fomenta um concurso de escritores mirins. O aluno deverá ser convidado a conhecer e escrever diversos tipos de textos utilizando as ferramentas tecnológicas para interagir com variados gêneros textuais, pesquisar e descobrir a história do seu estado, como sua fundação, cultura, tradição, culinária e curiosidades compreendendo e valorizando a sua cultura local, desenvolvendo competências investigativas,</p>	Unid.	472	

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

		artísticas, sociais, científicas, geográficas, históricas e linguísticas.			
20		Material paradidático sobre o cuidado com o ambiente onde se vive para 4º ano do Ensino Fundamental. Projeto que convida o aluno à reflexão sobre o ambiente onde vivemos e os cuidados que ele requer, oportunizando conscientização e ações sobre as atitudes que demonstram cuidado e apreço pelo lugar onde vivem, além da divulgação desses parâmetros utilizando as ferramentas tecnológicas para a construção de cartazes e atividades interativas digitais, desenvolvendo competências artísticas, sociais, científicas, geográficas, históricas e linguísticas.	Unid.	472	
21		Material paradidático MAKER sobre a construção de uma cidade para 5º ano do Ensino Fundamental. Projeto MAKER que oportunize a confecção de uma maquete de uma cidade com casas, prédios e outras construções que deverão ser combinadas com circuitos elétricos criando uma cidade iluminada, desenvolvendo competências lógicas, artísticas, matemáticas, sociais, científicas e linguísticas.	Unid.	463	
22		Material paradidático sobre Bullying no contexto escolar para 5º ano do Ensino Fundamental. Projeto que seja uma oportunidade para reflexão e combate às práticas de Bullying no contexto escolar, valorizando atitudes como a solidariedade e o respeito à diferença. Com o uso de ferramentas tecnológicas e diferentes tipos de linguagens	Unid.	463	

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

		textuais, o aluno deverá realizar animação gráfica, cartões, planilha eletrônica e construção de história em quadrinhos, desenvolvendo competências lógicas, artísticas, matemáticas, sociais, científicas, geográficas e linguísticas.			
23		Material paradidático sobre Códigos Scratch para 5º ano do Ensino Fundamental. Projeto que permita a aprendizagem de forma mais divertida desenvolvendo o pensamento computacional através da programação, com atividades dinâmicas e utilizando a lógica de programação, desenvolvendo competências investigativas, artísticas, matemáticas e linguísticas.	Unid.	463	
24		Material paradidático sobre valores na Vida Real para 5º ano do Ensino Fundamental. Projeto que resgate e cultive valores importantes e necessários como o respeito, a ajuda ao próximo, o amor e a amizade. O aluno deverá vivenciar a cidadania a partir de situações desafiadoras e significativas, por meio de atividades tecnológicas como a construção de um livro interativo multimídia e de uma planta residencial em 3D, desenvolvendo competências investigativas, artísticas, matemáticas e linguísticas.	Unid.	463	
25		Material paradidático sobre MAKER sobre circuitos em papel e elétricos para 6º ano do Ensino Fundamental. Projeto MAKER que oportunize a confecção de construções e de circuitos elétricos, aprendendo com o “mão na massa”, desenvolvendo competências lógicas, artísticas, matemáticas, sociais, científicas e	Unid.	263	

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

		linguísticas.			
26		Material paradidático sobre história em quadrinhos para leitura e escrita para 6º ano do Ensino Fundamental. Projeto que traz o universo das histórias em quadrinhos (HQ) para o incentivo à aprendizagem por meio da leitura e da escrita, oportunizando a criação de uma HQ digital e a experimentação e aprendizagem com atividades interativas, desenvolvendo competências lógicas, artísticas, matemáticas e linguísticas.	Unid.	263	
27		Material paradidático sobre Sustentabilidade com Lógica de Programação para 6º ano do Ensino Fundamental. Projeto que estimule o aluno a ter atitude para conscientizar as pessoas através do lúdico com a criação de um game para a coleta de lixo. Deve utilizar a lógica de programação como cerne e oportunizar que os alunos trabalhem com o tema da sustentabilidade, tão importante para a continuidade do nosso planeta e da humanidade, desenvolvendo competências lógicas, artísticas, científicas, matemáticas e linguísticas.	Unid.	263	
28		Material paradidático sobre economia na Educação Financeira para 6º ano do Ensino Fundamental. Projeto que trabalhe com a importância de manter hábitos sustentáveis em todas as áreas, inclusive a financeira, abordando planejamento, empreendedorismo, consumo consciente com práticas sustentáveis por meio de ferramentas tecnológicas que estimularão o aluno a gerir melhor os recursos financeiros,	Unid.	263	

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

		desenvolvendo competências lógicas, artísticas, científicas, matemáticas e linguísticas.			
29		Material paradidático sobre MAKER de Empreendedorismo com cartões para 7º ano do Ensino Fundamental. Projeto MAKER que oportunize uma jornada empreendedora no ramo dos cartões interativos com circuitos elétricos, trabalhando habilidades artísticas, designs exclusivos e compartilhamento de mensagens cheias de amor, gratidão e amizade, desenvolvendo competências socioemocionais, matemáticas, tecnológicas, artísticas, comunicativas e sociais.	Unid.	262	
30		Material paradidático sobre Xadrez com Linguagem de programação para 7º ano do Ensino Fundamental. Projeto que desenvolva diversas habilidades envolvidas na prática do xadrez que é uma verdadeira ginástica para o cérebro. O aluno deverá criar atividades interativas multimídia, jogos digitais e animações utilizando a lógica e linguagem de programação, o pensamento computacional e o raciocínio lógico, desenvolvendo competências lógicas, artísticas, científicas, matemáticas e linguísticas.	Unid.	262	
31		Material paradidático sobre resgate dos laços familiares para 7º ano do Ensino Fundamental. Projeto que resgate os laços familiares que muitas vezes são deixados de lado no dia a dia. O projeto deve convidar o aluno a participar de uma Operação Resgate da cultura do Brasil com estratégias empreendedoras de atuação em um mundo em que o	Unid.	262	

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

		turismo cultural cresce de forma acelerada. As atividades propostas devem estimular o empreendedorismo através da construção de uma agência de turismo virtual e sua identidade visual, desenvolvendo competências investigativas, artísticas, sociais, científicas, geográficas, históricas e linguísticas.			
32		Material paradidático sobre a produção de um curta metragem para 7º ano do Ensino Fundamental. Projeto que leve o aluno a experimentar o mundo do cinema e ser roteirista, produtor e editor além de um conhecedor das ferramentas tecnológicas para a criação de um curta metragem, desenvolvendo competências investigativas, artísticas, sociais, científicas, geográficas, históricas e linguísticas.	Unid.	262	
33		Material paradidático MAKER sobre Jogos com circuitos elétricos para 8º ano do Ensino Fundamental. Projeto MAKER que utilize os circuitos elétricos para deixar os jogos ainda mais interessantes e divertidos. Ao criar jogos educativos, o aluno deverá estimular e potencializar o pensamento crítico, a cooperação, o planejamento, a criatividade, a comunicação, a resolução de problemas, desenvolvendo competências investigativas, artísticas, científicas, matemáticas e linguísticas.	Unid.	245	
34		Material paradidático sobre Bullying com animação em 2D para 8º ano do Ensino Fundamental. Projeto que promova a sensibilidade para o	Unid.	245	

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

		tema do Bullying de forma reflexiva e criativa. Através do uso de ferramentas tecnológicas para a criação de uma animação em 2D, serão trabalhadas habilidades fundamentais que estimulam atitudes corretas de respeito e solidariedade com o próximo, desenvolvendo competências lógicas, tecnológicas, artísticas, matemáticas, sociais, científicas e linguísticas.			
35		Material paradidático sobre conscientização para o zelo com a vida para 8º ano do Ensino Fundamental. Projeto que aborde o cuidado com a vida, oportunizando reflexões sobre como conviver com perigos e como saber evitá-los, utilizando a lógica de programação para a construção de um game que trata sobre esses cuidados que precisamos ter com nosso dom mais precioso que é a vida, desenvolvendo competências filosóficas, artísticas, sociais, científicas, matemáticas, lógicas e linguísticas.	Unid.	245	
36		Material paradidático sobre conscientização ambiental e empreendedorismo para 8º ano do Ensino Fundamental. Projeto que incentive a formação de uma consciência ambiental ao explorar as habilidades do planejamento, organização e empreendedorismo cooperativista. O aluno deverá construir a sede de uma cooperativa em 3D que oferecerá serviços diferenciados aos ecoturistas, desenvolvendo competências investigativas, artísticas, sociais, científicas, geográficas e linguísticas.	Unid.	245	
37		Material paradidático MAKER sobre invenções para 9º ano do	Unid.	227	

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

		Ensino Fundamental. Projeto MAKER que estimule a criação de engenhos nos alunos. Por meio do MAKER, o aluno entenderá a funcionalidade de cada componente do circuito elétrico, experienciando prototipagens e possibilidades de Invenções, desenvolvendo competências lógicas, artísticas, matemáticas, sociais, científicas e linguísticas.			
38		Material paradidático sobre a criação de game para 9º ano do Ensino Fundamental. Projeto que aborde programação. Se o aluno quer um game, um app ou quem sabe um software, ele é capaz de projetá-lo e programá-lo, aprendendo uma nova linguagem com mundo de possibilidades que é a linguagem de programação e construção de um game, desenvolvendo diferentes competências matemáticas, linguísticas, tecnológicas, artísticas, científicas e sociais.	Unid.	227	
39		Material paradidático sobre educação financeira e projeção do futuro para 9º ano do Ensino Fundamental. Projeto que deve despertar para o fato de que muitos dos sonhos que temos precisarem de dinheiro para se tornarem realidade. O aluno deverá ser convidado a refletir sobre o que é necessidade e desejo, indispensável ou supérfluo. Este projeto precisa ser um convite para desenvolver habilidades tecnológicas através da educação financeira que possibilitará aprender a poupar para realizar sonhos, desenvolvendo competências matemáticas, tecnológicas, artísticas, comunicativas e sociais.	Unid.	227	

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

40		Material paradidático sobre design editorial tipo Jornal para 9º ano do Ensino Fundamental. Projeto que trabalhe a curiosidade, a criatividade, a empolgação, a concentração, a construção e a criação na edição de um jornal, possibilitando ao aluno habilidades de planejar, criar, imaginar e construir um jornal com os recursos tecnológicos disponíveis. O aluno deverá atuar como jornalista, repórter, redator, designer e editor do material, desenvolvendo competências linguísticas, tecnológicas e sociais.	Unid.	227	
----	--	--	-------	-----	--

2.1.3.1. O material paradidático em projeto integrador de Educação Tecnológica visa a atender demandas de alunos da pré-escola da Educação Infantil até o 9º ano do Ensino Fundamental, totalizando 22.248 (vinte e dois mil, duzentos e quarenta e oito) unidades.

2.1.3.2. Quanto às especificações técnicas e físicas, o material paradidático em projeto integrador de Educação Tecnológica deve se atentar às exigências específicas listadas a seguir.

2.1.3.2.1. Quando material de educação tecnológica, composto de: Material de alta qualidade e durável, garantindo que as soluções possam ser usadas ao longo do ano letivo sem desgaste excessivo; livros impressos em formato fechado mínimo de 20,5 x 27,5 cm, capa 4/4, miolo 4/4 e mínimo de 32 páginas (se for bimestral) e mínimo de 128 páginas (se for anual); softwares de aprendizagem apresentados nos livros disponíveis para fazer download na plataforma digital no ambiente de cada projeto, podendo ser utilizado no material impresso e/ou no digital e no sistema operacional (Linux, Windows e/ou Android), com ferramentas tecnológicas que possibilitam o desenvolvimento de habilidades tecnológicas como criação e edição de imagens, produção textual e visual, criação de jornal, produção de logotipo etc; acesso a um ambiente virtual com recursos como: ebook, download de softwares e/ou aplicativos de aprendizagem, oficinas, tutoriais, videoaulas, entre outros.

2.1.3.2.2. Quando material de educação tecnológica maker, composto de: Material de alta qualidade e durável, garantindo que as soluções possam ser usadas ao longo do ano letivo sem desgaste excessivo; livros impressos em formato fechado mínimo de 20,5 x 27,5 cm, capa 4/4, miolo 4/4 e mínimo de 32 páginas (se for bimestral) e mínimo de 128 páginas (se for anual); tecnologia desplugada e seus respectivos componentes; acesso a um ambiente virtual com recursos como: ebook, download de softwares e/ou aplicativos de aprendizagem, oficinas, tutoriais, videoaulas, entre outros.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

2.1.3.2.3. O projeto integrador de Educação Tecnológica deve conter: a) Conteúdo Pedagógico Transdisciplinar em formato físico e e-book conforme descritivo neste Termo de Referência; b) Softwares de Aprendizagem; c) Formação Presencial e a Distância; d) Assessoria Pedagógica e Suporte e Acompanhamento das atividades educacionais.

2.1.3.2.4. Para todo o conteúdo físico (livro, manual e material complementar quando couber), sugere-se uma solução produzida em alta qualidade e durável, garantindo que possa ser usada ao longo do ano letivo sem desgaste excessivo, afinal, com conteúdo interdisciplinar, há a expectativa de utilização constante dos materiais, o que leva à exigência de um produto durável para o longo do ano letivo.

2.1.3.2.5. Especificação indicada para o livro físico: formato fechado. tamanho mínimo de 20,5 x 27,5 cm, conforme padrão adotado pelo Ministério da Educação, atendendo às especificações do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Capa e Miolo 4/4, com quantidade mínima de 32 páginas para projetos bimestrais. Embalagem com projeção eficiente, facilitando a distribuição e protegendo os materiais durante o transporte.

2.1.3.2.6. Especificação indicada para o software de aprendizagem: estar disponível para download na plataforma digital no ambiente de cada projeto, podendo ser utilizado no material impresso e/ou no digital e no sistema operacional (Linux, Windows e/ou Android), com ferramentas tecnológicas que possibilitam o desenvolvimento de habilidades tecnológicas como criação e edição de imagens, abrir e salvar arquivos, contar e desenhar com ferramentas digitais, produções de vários gêneros textuais como história em quadrinhos, cartaz, cartão, revista etc.

2.1.3.3. Quanto às especificações pedagógicas, a solução paradidática em projeto integrador de Educação Tecnológica deve se atentar às seguintes exigências: respeito duração mínima de cada projeto, a saber, mínima de 8 aulas quando for bimestral e, 32 aulas quando for anual, sendo aderente à Base Nacional Comum Curricular; integração de objetos de conhecimento de diferentes componentes curriculares visando ao desenvolvimento de pelo menos uma das dez competências gerais da BNCC, propondo situações que exijam o uso de diferentes habilidades; relacionar-se com problema ou questão desafiadora que exijam dos alunos o uso da criatividade, contemplando os temas contemporâneos de acordo com a BNCC; apresentação de recursos tecnológicos para uso de construção de games, lógica de programação, Internet, Editor de texto, Planilha eletrônica, Editor de apresentação – slides, Editor de vídeo e imagens entre outros; resultar em projeto construído pelo aluno, pelo menos um produto final (se for bimestral) ou pelo menos quatro produtos finais (se for anual), utilizando as ferramentas tecnológicas, preferencialmente de maneira coletiva e com produções de relevância para a comunidade local, que possam ser apresentadas a um público real, preferencialmente externo à escola; abordagem a Transdisciplinaridade como fundamento conceitual, abordando temas contemporâneos e valorizando a participação do aluno na construção de seu conhecimento, trabalhando com temas da parte diversificada do currículo (Robótica, Educação Ambiental, Produção de Texto criativa, Empreendedorismo, Sustentabilidade, Educação Financeira, Gamificação e campos de experiência da Educação Infantil, entre outros); conter atividades lúdicas, contextualizadas e organizadas estimulando a investigação, comunicação e criatividade, além de oportunizar construções para o desenvolvimento do raciocínio lógico e

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

abstrato; estimular a curiosidade e a pesquisa, a leitura e a reflexão, por meio de atividades variadas; articular atividades em grupo, coletivas e individuais, desenvolvendo a sociabilidade e a troca de experiência.

2.1.3.4. O material deve facilitar aos usuários as ferramentas tecnológicas, utilizando ferramentas tecnológicas (softwares e/ou aplicativos) compatíveis com o Sistema Operacional, disponibilizando os softwares e/ou aplicativos de aprendizagem apresentados no material paradidático, juntamente com os livros digitais e explorando recursos tecnológicos para o desenvolvimento de habilidades tecnológicas como: a) Produção e Edição de textos com imagens; b) Criação e edição de imagens; c) Digitação e desenho com ferramentas digitais; d) Construção de Histórias em Quadrinhos; e) Produção de faixas, cartões e cartazes; f) Produção de revista com imagens; g) Construção de Planilha eletrônica; h) Filmagem e Edição de Áudio e Vídeo; i) Criação e Editoração de Imagens; j) Produção de Livro Interativo Multimídia; k) Apresentação Dinâmica e Interativa; l) Produção e edição de Vídeos; m) Construção de Jogos e Animações; n) Exercício de Lógica de Programação; o) Criação de games; p) Linguagem de Programação.

2.1.3.5. O material deve abordar pensamento científico, crítico e criativo, pensamento computacional, responsabilidade e cidadania, cultura digital, cultura maker e abordagem STEAM (Science, Technology, Engineering, Arts e Mathematics - Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática), integrando objetos de conhecimento de diferentes componentes curriculares visando ao desenvolvimento de competências gerais do documento, a partir de situações-problema que exijam o uso de diferentes habilidades.

2.1.3.6. Para garantir a execução do objeto, exige-se suporte de apoio para o trabalho pedagógico a ser desenvolvido nas redes de ensino, garantindo que seu uso potente atenda aos seus objetivos e às necessidades das políticas públicas em educação e da gestão.

2.1.3.7. Para complementar a solução e abranger diferentes recursos formativos, exige-se plataforma digital crossbrowser, ou seja, funciona perfeitamente para todos os navegadores, como ambiente virtual para apoio ao programa, contendo tutoriais e videoaulas, e-books, filme (curta-metragem) e orientações didáticas.

2.1.3.7.1. O ambiente virtual será constantemente atualizado com novos conteúdos pedagógicos.

2.1.3.8. Quanto ao conteúdo normativo, a solução paradidática em projeto integrador de Educação Tecnológica deve se atentar aos documentos: O direito da criança e da educação previsto na Constituição Federal (1998) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990); Os princípios educativos previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e na Base Nacional Comum Curricular (2017); As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, como um conjunto orgânico, sequencial e articulado das etapas e modalidades de ensino instituído pela Resolução CNE/CEB Nº 4, de 13 de julho de 2010, normativa emitida pelo Conselho

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Nacional de Educação (CNE) por meio da Câmara de Educação Básica (CEB); O prazo de novembro de 2003 como o limite para a efetivação da Resolução CNE/CEB Nº 4, de 04 de outubro de 2022, que complementa a BNCC e integra as tecnologias ao currículo escolar, formação continuada e políticas públicas em educação; Os padrões, resultados, recursos, ferramentas e práticas digitais instituídos pela Lei Nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED).

2.2. As soluções dos três lotes devem ser elaboradas por Autores brasileiros ou nacionalizados brasileiros e devem conter Registro do International Standard Book Number (ISBN) na Biblioteca Nacional.

2.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

3.1 Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso II da IN 40/2020).

3.1.1 A Fundamentação da Aquisição de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Considerando o contexto nacional das políticas em educação, tais aquisições se justificam conforme as suas proposições.

3.3. Estudos e pesquisas sobre o contexto brasileiro da educação indicam mudanças organizacionais, metodológicas, curriculares e estruturais, que valorizam o incentivo ao protagonismo, a personalização do ensino, a aprendizagem ativa, a superação de chamada escola tradicional e o desenvolvimento de competências cognitivas e emocionais na sala de aula como uma estratégia que pode proporcionar experiências de aprendizado mais dinâmicas, envolventes e contextualizadas. Com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017, foram estabelecidas as aprendizagens essenciais dos estudantes da educação básica e os conhecimentos comuns para todas as escolas do país, reduzindo as disparidades regionais e garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, focando o ensino no desenvolvimento de competências e habilidades, em vez de apenas conteúdo, promovendo uma educação mais centrada no aluno e nas suas capacidades integradas, incentivando a interdisciplinaridade. Esse movimento tende a oportunizar que o estudante entenda melhor a aplicação prática do conhecimento em situações do mundo real.

3.4. O material paradidático de Segurança Escolar, entendida e abordada a partir do viés pedagógico, considerando a complexidade do tema e ao mesmo tempo, a sua emergência diante dos casos recentes de ataques no ambiente escolar em todo território nacional, visa a oferecer uma formação cognitiva e socioemocional que não apenas proteja os alunos, mas também crie um ambiente propício para o aprendizado, o desenvolvimento emocional e social,

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

e a formação de cidadãos conscientes e responsáveis, na conscientização, preparação e prevenção.

3.5. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, iniciativa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostra que entre os anos 2000 e 2022, foram registradas 16 ocorrências de violência nas escolas do país. Já em 2023, as estatísticas registraram mais de 10 casos em apenas um ano. São evidências que reforçam o quanto a questão da segurança pública em ambiente escolar precisa ser compreendida como um problema que não é apenas externo à escola, mas que necessita de um trabalho e de uma intervenção também pedagógicos.

3.6. Em um cenário atual de crescentes desafios relacionados à segurança nas escolas, reconhecemos a necessidade vital de conscientização, preparação e prevenção. A cultura da paz, definida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), como um conjunto de valores, atitudes, modos de comportamento e de vida que rejeitam a violência, e que apostam no diálogo e na negociação para prevenir e solucionar conflitos, é uma construção coletiva e envolve medidas de ordem prática e preventiva, ética, moral e espiritual, de princípios, valores e condutas imprescindíveis à construção da cidadania.

3.7. A cultura da paz, definida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), como um conjunto de valores, atitudes, modos de comportamento e de vida que rejeitam a violência, e que apostam no diálogo e na negociação para prevenir e solucionar conflitos, é uma construção coletiva e envolve medidas de ordem prática e preventiva, ética, moral e espiritual, de princípios, valores e condutas imprescindíveis à construção da cidadania.

3.8. Educação para o Trânsito está de acordo com a Lei n.º 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), visando desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes nos alunos sobre o tema, além de contribuir para o treinamento de uma sociedade mais justa e solidária fazendo-se cumprir o que estabelece seu artigo 74, que tem como finalidade a conscientização da população escolar, do seu papel como protagonista de mudanças de comportamentos e atitudes frente ao trânsito, em busca de segurança e bem-estar, dando direito a todos uma educação para o trânsito.

3.9. O Parecer CNE/CEB nº 22/2004 sugere a inclusão da Educação do Trânsito no currículo das escolas e o apresenta como tema transversal, em todos os níveis de ensino. Torna-se necessário, portanto, soluções paradigmáticas com metodologia inovadora, interativa e dinâmica de proposição de estratégias e suporte para os estudantes, de maneira que eles: a) sejam orientados sobre as leis, normas e regulamentos de trânsito, compreendendo suas principais características e a importância de sua aplicação; b) adotem comportamentos seguros e responsáveis no trânsito, incluindo a valorização da vida, o respeito às regras e às sinalizações, a empatia com os demais usuários e a consciência dos riscos envolvido; c) conscientizem-se sobre os principais fatores que contribuem para a ocorrência de acidentes de trânsito, como o consumo de álcool e drogas, a distração, o excesso de velocidade, entre outros; d) orientem-se acerca de medidas de prevenção no trânsito, como o uso correto dos equipamentos de

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

segurança (cinto de segurança, capacete); e) compreendam a importância da mobilidade sustentável, incentivando o uso de meios de transporte mais sustentáveis, como a caminhada, o uso de bicicletas e o transporte público, visando à redução do congestionamento e da poluição; f) problematizem a inclusão e a acessibilidade como direitos das pessoas com deficiência e dever do Estado e da sociedade.

3.10. O material paradidático de Educação Tecnológica pode propor projetos integradores dos componentes curriculares com ênfase no uso das ferramentas tecnológicas, estimulando a elaboração, planejamento e construção em várias áreas como Lógica de Programação e desenvolvimento de Games, Empreendedorismo, Educação Financeira, Cultura Maker. A interação com o conteúdo pedagógico deve ocorrer por meio de ferramentas tecnológicas aplicadas por professores que buscam aprimorar o aprendizado do aluno de forma transdisciplinar, oferecendo aos alunos, projetos que são ferramentas alinhadas à nova forma de ensinar e de aprender do Século XXI.

3.11. A partir deste contexto, a presente aquisição é justificada pela necessidade de melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes, atuando no desenvolvimento integral do indivíduo. Trata-se de uma estratégia de enfrentamento da realidade que tende a promover o engajamento com aprendizado prático, criando um ambiente mais atrativo, motivando os estudantes a participarem ativamente do processo de aprendizagem, promovendo experiências práticas e simulações, tornando o aprendizado mais concreto.

3.12. Os materiais foram agrupados em lotes, mais precisamente em 03 (três), de forma a aglomerar os itens com características semelhantes, visando dotar de maior celeridade e eficiência as várias etapas procedimentais relativas à licitação, formalização e gerenciamento das contratações, aquisição e recebimento dos materiais e controles dos atos processuais, com reflexos na economia processual e financeira, além de proporcionar uma maior atratividade para as empresas participantes da licitação.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. O objeto do contrato é comum, do qual Bens comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado (art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021).

5. DOS PRAZOS

5.1. O prazo para o fornecimento dos itens será de até 30 (trinta) dias, a partir da data do recebimento da Ordem de Fornecimento.

5.2. O prazo de vigência do Contrato será de até 12 (doze) meses a partir da assinatura, podendo ser prorrogável conforme Lei nº 14.133/2021.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

6. DA GARANTIA

6.1. A garantia consiste na prestação, pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, e alterações subsequentes.

6.2. Todas as providências para substituição de soluções defeituosas deverão ser adotadas pela CONTRATADA, no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contado a partir da data de notificação pela CONTRATANTE. Em não sendo observado tal prazo, poderá a CONTRATANTE tomar as providências que achar necessária para reparo dos bens, às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo dos direitos a que faça jus por força do Contrato.

6.3. Toda e qualquer despesa decorrente da execução da garantia aqui descritos, inclusive as substituições de produtos e/ou seus componentes, ficarão inteiramente a cargo da CONTRATADA.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da(s) futura(s) contratação(ões) correrá(ão) à conta de recursos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires-SP.

7.2. Os recursos financeiros para as despesas com a execução da(s) aquisição(ões) serão atendidos pela dotação do orçamento vigente do município.

7.3. Por se tratar de contratações pelo Sistema de Registro de Preços, a disponibilização dos créditos orçamentários se dará na formalização de cada contratação, posterior à assinatura da Ata de Registro de Preços, representados por nota de empenho de despesa, substitutivo do termo de contrato, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Deve cumprir as determinações do município no que concerne a execução desse contrato.

8.2. Como empregadora direta, ficará obrigada a arcar com todas as despesas e encargos decorrentes deste contrato, notadamente no que se refere a salários, obrigações previstas na legislação trabalhista e previdenciária, resultantes dos contratos de trabalho do pessoal empregado direta ou indiretamente na execução deste contrato, bem como, responsabilizar-se pelas demais exigências oriundas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, aplicáveis à matéria, devendo exibir quantidade quitadas, sempre que solicitadas e por ocasião dos pagamentos as guias de recolhimento do INSS e FGTS, sobre pena de retenção dos créditos que tiver direito.

8.3. Responsabilizar-se por quaisquer danos que, execução desse contrato, causar à administração pública ou a terceiros, por motivo de dolo ocupa (negligência, imprudência ou imperícia).

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

8.4. Tomar os cuidados necessários quanto à entrega dos materiais, bem como fornecer os materiais utilizando melhor técnica de embalagem e transporte, a fim de garantir a integridade e qualidade. Caso no ato da entrega for constatado a perda dos critérios descritos, a contratada será responsável pela reposição de todos os materiais danificados, sem qualquer ônus para a CONTRATADA.

8.5. Responsabilizar-se pelo transporte e entrega dos materiais.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exercer a fiscalização e acompanhamento dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei Federal nº 14.133/2021 sendo que a presença desse servidor não eliminará a responsabilidade da CONTRATADA.

9.2. Proporcionar todas as facilidades a boa execução deste contrato, inclusive a comunicação com a contratada, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração e/ou endereço de cobrança.

9.3. Permitir livre acesso a instalações, quando solicitadas pela contratada ou por seus empregados ou contratados em serviço.

9.4. Aplicar multa, rescindir o Contrato, suspender o pagamento, caso a CONTRATADA desobedeça quaisquer das cláusulas estabelecidas no Contrato.

9.5. Comunicar a CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exigem medidas corretivas de sua parte, sob pena de aplicação de sanções nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.6. Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre irregularidades observadas no cumprimento do Contrato.

9.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o prazo estabelecido.

9.8. Prestar informações e esclarecimentos necessários que venham ser solicitados pela CONTRATADA.

9.9. Proporcionar todas as facilidades ao bom andamento dos serviços.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

9.10. Rejeitar, no todo ou em parte o fornecimento executado em desacordo com as exigências do Termo de Referência.

9.11. Cumprir e fazer cumprir o disposto das cláusulas deste Contrato.

10. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1 Os produtos deverão ser fornecidos conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

10.2. O prazo de entrega integral dos produtos é de 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento, pela detentora, do pedido de compra (nota de empenho) emitido pela Secretaria do Município.

10.2.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar, à Secretaria referida, as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

10.3. Os materiais deverão ser entregues no endereço indicado pela Secretaria requisitante.

10.4. Verificada a desconformidade de algum dos produtos, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 03 (três) dias, sujeitando-se às penalidades previstas em edital do certame.

10.5. O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

10.6. A execução do objeto será desenvolvida diretamente entre a CONTRATADA e os municípios consorciados.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento decorrente da concretização do objeto será efetuado em parcela única a cada pedido, após a comprovação da entrega definitiva do objeto nas condições exigidas e mediante o atestado no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

11.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida pela fornecedora contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especificamente as de natureza fiscal.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

11.3. A Secretaria designada, atestará, através de servidor por ela designado e devidamente identificado, no documento fiscal correspondente, a entrega dos materiais/serviços nas condições exigidas.

11.4. O recebimento definitivo do Objeto será atestado pelo ente, constituindo tal atestado requisito para liberação dos pagamentos à fornecedora contratada.

11.5. O ente, identificando qualquer divergência na Nota Fiscal deverá devolvê-la a 2 fornecedora contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo para pagamento será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

11.6. O pagamento devido pelo ente será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela fornecedora contratada ou, eventualmente de outra forma que vier a ser formalmente acertada entre as partes.

11.7. Uma vez paga a importância discriminada na Nota Fiscal, a fornecedora contratada dará ao ente plena geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais viver a reclamar ou exigir qualquer título, tempo ou forma.

12. DA LIVRE COMPETITIVIDADE E PRODUTOS SIMILARES

12.1 Toda especificação e referência dos objetos são meramente exemplificativas. Portanto, qualquer indicação à modelo de material e/ou, ainda, a equipamentos serve, simplesmente, como parâmetro para o recebimento de propostas.

12.2. A referência aos objetos especificados decorre de pesquisas e estudos realizados pelas equipes técnicas e pedagógicas do município.

12.3. É admitida a apresentação de propostas com descritivo similar, desde que compatíveis, equivalentes e/ou superiores em qualidade aos descritos exemplificativamente, conforme constam no Edital.

12.4. Por fim, visando à ampla competitividade, quaisquer empresas, tais como Editoras, Papelarias, Distribuidoras de Livros, Livrarias e/ou representantes e/ou distribuidores comerciais que ofereçam os objetos dos lotes 1, 2 e 3 ou outros materiais equivalentes, similares ou de qualidade superior estão aptas a participar do certame e a oferecer seus produtos, desde que atendam, minuciosamente, às especificações do presente instrumento.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires reserva para si o direito de não aceitar ou receber quaisquer produtos em desacordo com o previsto no Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto.

13.2. Naquilo que for omissso o presente Termo de Referência, reger-se-á pela Lei n.º 14.133/2021.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO IV

Modelo de Declaração de Condição de ME ou EPP

PROCESSO DE COMPRAS Nº 3164/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir a condição da empresa: Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)), art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido no art. 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, _____ de _____ de 2024.

(assinatura do representante legal)

Observações:

Declaração a ser emitida de forma que identifique a proponente.
Esta declaração deverá ser enviada no envelope documentação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO V

Modelo de Declaração Unificada

REF.: Edital Pregão Eletrônico nº 034/2024

(nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr.(a) _____, portador (a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA sob as penas da lei, para fins de habilitação no edital de **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 034/2024**, promovido pela **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, que:

- a) Não existem impedimentos para contratar com a Administração Pública municipal;
- b) Cumpre o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.
- c) Quem assinará o termo de compromisso na hipótese de sagrar-se vencedor, conforme modelo do TCE:

Pelo COMPROMISSÁRIO:

NOME: _____
 CARGO: _____
 CPF: _____ RG: _____
 DATA DE NASCIMENTO: _____
 E-MAIL INSTITUCIONAL: _____
 E-MAIL PESSOAL: _____
 TELEFONE CELULAR: _____
 ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO: _____

- d) Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- e) está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei Federal nº 13.709/2018;
- f) cumpre a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, nos termos do Art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- g) DECLARA que o cálculo do valor da contratação considera taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado;

CARIMBO DA PROPONENTE E ASSINATURA

Observações:

Declaração a ser emitida de forma que identifique a proponente.
 Esta declaração deverá ser enviada no envelope documentação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO VI

MINUTA DO COMPROMISSO DE FORNECIMENTO N.º ____/2024.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ____/2024

PROCESSO DE COMPRAS N.º 3164/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 034/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARADIDÁTICO SEGURANÇA ESCOLAR E EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO

COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR:

PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO: 12 (doze) meses

VALOR:

Pelo presente instrumento, na melhor forma de direito, de um lado a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES – PMETRP**, entidade de Direito Público Interno, localizada no Paço Municipal, com sede na Rua Miguel Prisco n.º 288, Centro, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.522.967/0001-34, neste ato representada pelo Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, Sr. Sandro Torres Amante, a seguir denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa _____, localizada na _____, n.º ____, bairro, cidade – estado, CEP ____-____, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____._____/____-____, neste ato representado pelo Sr (a)_____, portador de cédula de identidade RG n.º _____, devidamente inscrito no CPF/MF sob o n.º _____, doravante denominado simplesmente COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal n.º 14.133, de 10 de junho de 2021, e do Decreto Municipal n.º 7460/2023, têm entre si, justo e contratado o que se segue:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

DO OBJETO Cláusula Primeira

1.1. Constitui objeto do presente compromisso o fornecimento à CONTRATANTE de **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARADIDÁTICO SEGURANÇA ESCOLAR E EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO**, conforme descrição constante dos anexos, na conformidade do estabelecido na presente ata de registro de preços.

Cláusula Segunda

2.1. O(s) produto(s) referido(s) na cláusula antecedente será(ão) sempre fornecido(s) dentro das especificações contidas no edital de **Pregão Eletrônico n.º 034/2024** cujos termos integram o presente Compromisso.

DA OBRIGAÇÃO DE FORNECIMENTO

Cláusula Terceira

3.1. O FORNECEDOR cujo preço conste registrado na presente ARP obriga-se a:

3.1.1. Retirar a respectiva nota de empenho ou autorização de compra, bem como assinar o termo de contrato (se for o caso), no prazo máximo de 05 dias corridos, contados da convocação;

3.1.2. Indicar, no prazo máximo de 05 dias corridos, a concordância ou não em relação à(s) solicitação(ões) de adesão por órgão ou entidade da Administração Pública não participante, indicando expressamente que tal contratação não prejudicaria as obrigações presentes e futuras assumidas para com o ÓRGÃO GERENCIADOR e os participantes;

3.1.3. Observar rigorosamente todos as especificações técnicas, marcas, modelos, condições e prazos fixados no Termo de Referência (ou Projeto Básico) integrante da presente ARP, como também na sua respectiva proposta de preços, ressalvado prova idônea da ocorrência superveniente de fato impeditivo ou dificultador do cumprimento da obrigação, devidamente aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que justifique o fornecimento de bem de qualidade semelhante ou superior, ou a execução de forma diversa que resulte em igual ou superior resultado à contratante;

3.1.4. Respeitar as demais condições e obrigações contidas nos documentos indicados no item 2.2 desta ARP, ressalvada a ocorrência de fato(s) superveniente(s), comprovados(s) e aceito(s) pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

3.1.5. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela(s) CONTRATANTE(S) referentes às condições firmadas na presente ARP;

3.1.6. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

3.1.7. Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data de homologação do procedimento licitatório;

3.1.8. Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos contratantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na ARP;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

3.1.9. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

3.1.10. Manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta, todas as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação.

Cláusula Quarta

4.1. A CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR uma quantidade mínima do(s) produto(s) objeto do presente compromisso, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade, do momento e da forma de fornecimento.

Cláusula Quinta

5.1. A PREFEITURA poderá, nos termos da legislação em vigor, adquirir de outros fornecedores o(s) produto(s) objeto do presente compromisso, vedada, todavia, qualquer aquisição deste(s) produto(s) por preço(s) igual(is) ou superior(es) ao(s) que poderia(m) ser obtido(s) do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR pela execução do presente Termo de Compromisso.

DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DA ATA

Cláusula Sexta

6.1. A PREFEITURA emitirá a Autorização de Fornecimento que deverá ser atendida pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

6.1.1. Os serviços deverão ser realizados CONFORME AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (ENDEREÇO A SER INDICADO NA MESMA).

Cláusula Sétima

7.1. Estando os bens fornecidos em desacordo com as especificações e condições detalhadas no Edital, na Ata de Registro de Preços ou com o disposto no presente compromisso de fornecimento, o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR efetuará a troca imediata, parcial ou total, do produto entregue que não tenha qualidade, e se responsabilizará por eventuais danos e prejuízos causados pelo mesmo, sob pena de configuração da inexecução das obrigações assumidas no presente ajuste, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Cláusula Oitava

8.1. As Ordens de Fornecimento ou instrumentos equivalentes, de que trata a cláusula antecedente serão consideradas, para todos os fins de direito, contratos acessórios ao presente compromisso.

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Cláusula Nona

9.1. O (s) preço(s) unitário(s) dos produtos objeto do presente, será(ão) o(s) constantes da Ata de Registro de Preços como parte integrante do presente Termo de Compromisso.

9.2. Para recebimento do pagamento pelo fornecimento do objeto, o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR emitirá as respectivas faturas.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

9.3. A Prefeitura, dentro do prazo de cinco dias úteis contados da data da apresentação da fatura pelo COMPROMISSARIO FORNECEDOR, deverá proceder seu exame, aprovando-o, e liberando a seguir para o COMPROMISSARIO FORNECEDOR poder expedir as respectivas faturas.

9.4. Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria da Secretaria de Finanças e Administração, no prazo de até 30 (trinta) dias da emissão da Nota Fiscal.

9.5. A critério da Administração, o pagamento poderá ser efetuado através de cheque nominal, emitido pela Prefeitura, que deverá ser retirado junto ao setor de Tesouraria da Secretaria de Finanças e Administração, sito na Rua Miguel Prisco, 288, prédio do Paço Municipal, Centro, Ribeirão Pires – SP, ou depositado em conta do interessado, que deverá ser fornecido pelo mesmo por escrito.

9.6. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.7. As eventuais antecipações de pagamento, solicitadas expressamente pelo COMPROMISSARIO FORNECEDOR, quando devidamente autorizada pela Administração, sofrerão descontos correspondente a taxa de remuneração das aplicações financeiras da Prefeitura.

DO PRAZO DO COMPROMISSO DE FORNECIMENTO E DA SUBCONTRATAÇÃO

Cláusula Décima

10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data de assinatura da Ata de Registro de Preços;

10.2. Nos termos da Lei 14.133/2021, ultrapassados os 12 (doze) meses da data do orçamento estimado, e mediante o requerimento expresso da contratada os preços poderão ser reajustados, obedecendo o seguinte critério:

- a) Fica eleito o IPC/FIPE, como índice geral de preços básicos a ser utilizado, como segue:
- b) Na eleição do índice (observada a variação de 12 meses): - Um mês de retroação da data base (mês do orçamento); - Um mês de retroação da incidência.
- c) A incidência do reajuste contratual dar-se-á no 13º (décimo terceiro) mês, contado da data do orçamento estimado e assim sucessivamente.
- d) Fica reservado ao Município o direito de efetuar pesquisa de mercado para fins de avaliação de preços.
- e) Em decorrência da avaliação da pesquisa de mercado, o Município poderá deferir, deferir parcialmente ou indeferir o pleiteado, mediante ato devidamente fundamentado.
- f) Conforme Art. 84. da Lei 14.133/2021 o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo único. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

DO PRAZO DO COMPROMISSO DE FORNECIMENTO E DA SUBCONTRATAÇÃO

Cláusula Décima Primeira

11.1. O presente compromisso de fornecimento terá a duração de 12 (doze) meses, contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, prorrogável por até igual período, nos termos do Decreto Municipal Nº 7460/2023 e desde que comprovado o preço vantajoso mediante pesquisa mercadológica, nos termos da Cláusula acima.

11.2. O COMPROMISSÁRIO não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

11.2.1. A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Termo de Compromisso, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

Cláusula Décima Segunda

12.1. Será procedida pela Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil a designação de agentes públicos para atuarem como Fiscal e Gestor dos serviços que vierem a ser efetivamente contratados, que ficarão responsáveis por promover a verificação da conformidade dos serviços e obras executados e dos materiais entregues com o objeto contratado, de forma a assegurar o exato cumprimento das obrigações contratuais (artigos 5º, 6º, 7º, 8º e 9º do Decreto Municipal nº 7.460/2023).

12.2. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.2.1. Constituem atividades a serem exercidas pelo representante da Administração com atribuição de Fiscal do(s) Contrato(s), conforme definido pelo art. 7º do Decreto Municipal nº 7.460/2023:

a. acompanhar e registrar as ocorrências relativas à execução contratual, informando o gestor do Termo de Compromisso aquelas que podem resultar na execução dos serviços ou na entrega de material de forma diversa do objeto contratual, tomando as providências necessárias à regularização, por parte do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, das faltas ou defeitos observados;

b. recepcionar do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, devidamente protocolados, os documentos necessários ao pagamento, previstos no termo de compromisso, conferi-los e encaminhá-los ao gestor do contrato;

c. verificar se o prazo de entrega, as quantidades e a qualidade dos serviços, ou do material encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual, atestar a respectiva nota fiscal ou fatura e encaminhá-la ao gestor do contrato;

d. manifestar-se formalmente, quando consultado, sobre a prorrogação, rescisão ou qualquer outra providência que deva ser tomada com relação ao contrato que fiscaliza;

e. consultar a unidade demandante dos serviços, materiais sobre a necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato, se detectar algo que possa sugerir a adoção de tais providências;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

- f. propor medidas que visem à melhoria contínua da execução do contrato;
- g. exercer qualquer outra incumbência que lhe seja atribuída por força de previsão normativa.

12.2.2. A execução do compromisso de fornecimento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Sr. F. B. L. - Diretor de Mobilidade Urbana, em conjunto com o setor de Mobilidade Urbana, da Secretaria de Segurança Urbana Mobilidade e Defesa Civil, da Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires.

12.3. DA GESTÃO DO COMPROMISSO DE FORNECIMENTO

12.3.1. Constituem atividades a serem exercidas pelo representante da Administração com designado Gestor do(s) Compromisso(s) de Fornecimento(s), conforme definido pelo art. 6º do Decreto Municipal nº 7.460/2023:

- a. acompanhar as contratações a partir da lavratura do ajuste até sua implantação, em se tratando de prestação de serviços ou da entrega de material, no caso de fornecimento parcelado que culmine em instrumento contratual;
- b. ter conhecimento da íntegra do compromisso firmado, de seu cronograma físico-financeiro, bem como controlar a utilização dos recursos orçamentários destinados ao amparo das despesas dele decorrentes;
- c. executar as diligências e providenciar a tramitação necessária que precedem a assinatura do compromisso de fornecimento, termos aditivos e de apostilamento, termos de rescisão contratual, termos de recebimento contratual e afins pela autoridade competente para, ao final, promover a publicidade desses atos;
- d. expedir a ordem de início, no caso de prestação de serviços;
- e. encaminhar cópia do compromisso firmado, da proposta do compromissário, do edital e dos demais documentos pertinentes ao fiscal do compromisso de fornecimento, para subsidiar o exercício da respectiva fiscalização;
- f. verificar, com base na legislação vigente, a regularidade da documentação necessária à formalização do compromisso de fornecimento, bem como mantê-la atualizada, nos termos da lei e do contrato;
- g. atuar conjuntamente com o fiscal do compromisso de fornecimento, verificando a existência de adequado acompanhamento à execução do ajuste;
- h. manter o controle de todos os prazos relacionados ao compromisso e informar à autoridade competente a necessidade de prorrogação contratual ou de realização de nova contratação, conforme o caso;
- i. manter o controle do prazo de vigência e da atualização do valor da garantia contratual (quando for o caso), procedendo, em tempo hábil, ao encaminhamento necessário à sua substituição e/ou reforço ou prorrogação do prazo de sua vigência, quando for o caso;
- j. dar início aos procedimentos para a prorrogação do compromisso de fornecimento com a antecedência necessária, levando em conta as informações prestadas pela unidade demandante e pelo fiscal do compromisso de fornecimento, os preços de mercado e demais elementos que auxiliem na identificação da proposta mais vantajosa para a Administração;
- k. verificar se a documentação necessária ao pagamento, encaminhada pelo fiscal do compromisso de fornecimento, está de acordo com o disposto no compromisso de fornecimento encaminhar para Secretaria de Finanças e Administração para a execução dos procedimentos de liquidação e pagamento;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

l. verificada a existência de qualquer infração contratual constatada pelo Gestor ou apontada pelo Fiscal, relatar os fatos e iniciar o procedimento de proposta de aplicação de penalidade, nos termos previstos no instrumento contratual, bem como informar, com a devida justificativa técnica, às autoridades responsáveis, os fatos que ensejam a aplicação de sanções administrativas em face da inexecução parcial ou total do contrato, observada a legislação vigente;

m. apurar situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, ao tomar conhecimento dela por qualquer meio, independentemente de ação judicial, e adotar, garantido o contraditório e a ampla defesa, as providências previstas em lei e no contrato;

n. executar as atividades inerentes à completa gestão do compromisso de fornecimento firmado, inclusive no que se refere à manutenção das condições de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista do compromissário fornecedor, bem como a inexistência de registros em cadastros de regularidade, instruindo processo documental vinculado ao da contratação onde devem ser encartadas as certidões comprobatórias da referida regularidade, atualizando-as sempre que necessário;

o. emitir declarações, certidões e atestados de capacidade técnica em relação à execução dos serviços e aquisições contratados, ouvido o fiscal do compromisso de fornecimento;

p. repassar as informações sobre vigência e necessidade de prorrogação do ajuste para a área responsável pelo Plano Anual de Contratações;

q. exercer qualquer outra incumbência que lhe seja atribuída por força de previsão normativa.

12.4. Em verificada a existência de qualquer infração contratual pelo compromissário fornecedor, competirá ao gestor do compromisso de fornecimento providenciar a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

12.5. O gestor do Compromisso de Fornecimento designado é o Sr. M. R. F. O. – Sub-Secretário.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula Décima Terceira

13.1. São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/2021:

13.1.1. Dar causa à inexecução parcial do Termo de Compromisso;

13.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Dar causa à inexecução total do Termo de Compromisso;

13.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;

13.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

13.1.6. Não celebrar o Termo de Compromisso ou não entregar a documentação exigida para a contratação, ou instrumento que lhe substitua quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

13.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.10.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.10.2. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.10.3. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013;

Cláusula Décima Quarta

14.1. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133 de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.1.1. advertência;

14.1.2. impedimento de licitar e contratar;

14.1.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.1.4. multas:

14.1.4.1. multa de 10% (Dez por cento) sobre a parcela remanescente, no caso de inexecução parcial do Termo de Compromisso;

14.1.4.2. multa de 1% (Um por cento), por dia de atraso, sobre o valor correspondente à entrega que estiver em desacordo com os prazos estipulados, até o limite de 10% (dez por cento);

14.1.4.3. multa de 20% (Vinte por cento) sobre o valor total do Termo de Compromisso, no caso de sua inexecução total;

14.1.4.4. multa de 10% (Dez por cento) sobre o valor do Termo de Compromisso ou do item correspondente, no caso de constatação, pelo Município, de que o material fornecido é diverso das especificações e/ou de má qualidade; e

14.1.4.5. multa de 20% (Vinte por cento) sobre o valor total do Termo de Compromisso, no caso de recusa injustificada em assinar/receber o Termo de Compromisso.

14.1.4.6. multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do documento fiscal apresentado para fins de pagamento pelo descumprimento do item 9.6. do Termo de Compromisso, podendo o Termo de Compromisso ser rescindido após três ocorrências consecutivas.

14.1.4.7. As multas são independentes entre si; a aplicação de uma, não exclui a aplicação das outras, bem como das demais penalidades previstas em lei, observado o limite máximo de 30% do total do Termo de Compromisso licitado ou celebrado.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

14.1.4.8. O valor relativo às multas, eventualmente aplicadas, será deduzido dos pagamentos que o Município efetuar, mediante a emissão de GAM (Guia de Arrecadação Municipal). No caso de impossibilidade, será o valor inscrito na Dívida Ativa, para cobrança judicial.

14.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.2.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.2.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.2.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.2.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.2.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.3. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.4. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.6. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas na cláusula acima, bem como pelas infrações administrativas, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Cláusula Décima Quinta

15.1. Será garantido ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR o direito de apresentação de prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nas hipóteses em que se tiver por cabível a aplicação das penalidades previstas neste compromisso.

Cláusula Décima Sexta

16.1. O valor das multas aplicadas será deduzido do pagamento do mês de referência do fornecimento, a que fizer jus o compromissário fornecedor.

Cláusula Décima Sétima

17.1. Em não havendo pagamento a ser realizado, o valor das multas será cobrado diretamente do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR que deverá pagá-las no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da notificação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

DA RESCISÃO DO CONTRATO

Cláusula Décima Oitava

18.1. O presente compromisso de fornecimento poderá ser rescindido por ato administrativo unilateral da PREFEITURA:

- a) Quando o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR não vier a cumprir, ou vier a cumprir irregularmente as obrigações decorrentes do presente compromisso ou de quaisquer dos contratos acessórios de fornecimento aperfeiçoados pelas partes contratantes;
- b) Quando houver o descumprimento pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR do prazo previsto para prestação de serviços dentro das condições pactuadas;
- c) Quando o preço registrado for superior ao praticado no mercado, ou implicar em redução da diferença do percentual fixado na ata de registro de preços;
- d) Em quaisquer outras hipóteses admitidas em lei.

Cláusula Décima Nona

19.1. Rescisão administrativa do presente compromisso de fornecimento por ato unilateral da PREFEITURA obedecerá ao disposto no artigo 162, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 10 de junho de 2021.

DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula Vigésima

20.1. As despesas oriundas da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias da seguinte Natureza de Despesa: 3.3.90.39.00 do Orçamento da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, correspondente ao exercício de 2024 e exercício vindouro.

DO REGIME JURÍDICO E DAS REGRAS DISCIPLINADORAS DO COMPROMISSO DE FORNECIMENTO

Cláusula Vigésima Primeira

21.1. O presente compromisso de fornecimento será regido pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Cláusula Vigésima Segunda

22.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).

22.1.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei Federal nº 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

22.2. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

22.2.1. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

22.2.2. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, responsabilizando-se o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR pela obtenção e gestão.

22.3. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires está exposto.

22.4. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

22.4.1. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR deverá permitir a realização de auditorias da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.

22.4.2. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR deverá apresentar a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

22.5. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documentos que devem estar disponíveis em caráter permanente para exibição a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, mediante solicitação.

22.5.1. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

22.6. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

22.6.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

22.7. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

22.8. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR deverá comunicar formalmente e de imediato a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

22.8.1. A comunicação acima mencionada não eximirá o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

22.9. Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pela Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.

22.10. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pela Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires para as finalidades pretendidas neste contrato.

22.11. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR ficará obrigado a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires.

22.11.1. Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

Cláusula Vigésima Terceira

23.1. Para efeitos obrigacionais tanto o Edital da Licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 034/2024**, quanto a(s) proposta(s) nela adjudicada(s) bem como a **Ata de Registro de Preços nº 034/2024**, integram o presente compromisso de fornecimento, devendo seus termos e condições serem considerados como partes integrantes do presente instrumento contratual.

Cláusula Vigésima Quarta

24.1. Para todas as questões pertinentes ao presente compromisso de fornecimento, o foro será o da Comarca de Ribeirão Pires, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cláusula Vigésima Quinta

25.1. O presente instrumento foi lavrado em decorrência da Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2024**, regendo-se pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal n.º 7.460/2023 às quais também se sujeitam as partes que o celebram.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

E por assim estarem justas e acordadas, firmam as partes o presente compromisso de fornecimento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, com 2 (duas) testemunhas instrumentárias para que produza jurídicos e legais efeitos.

Ribeirão Pires, ____ de _____ de 2024.

SANDRO TORRES AMANTE

Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil

(COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR)

TESTEMUNHAS:

1 - _____
R.G.

2 - _____
R.G.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO VII

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

CONTRATANTE: _____

COMPROMISSÁRIO: _____

COMPROMISSO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARADIDÁTICO SEGURANÇA ESCOLAR E EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela Contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

Pelo COMPROMISSÁRIO:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO COMPROMISSO:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____
Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).*